

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DO TCMSP



2021

CONSELHEIROS

João Antonio da Silva – **Presidente**

Eduardo Tuma – **Vice-Presidente**

Roberto Tanzi Braguim – **Corregedor**

Maurício Faria

Domingos Odone Dissei

Unidades Técnicas

Secretaria Geral (SG) – Ricardo Panato

Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) – Luciana C. C. Guerra

Subsecretaria Administrativa (SA) – Glaucio Teixeira Tavares

Núcleo de Governança e Gestão (NGG) – Marcelo Veiga

Unidade de Informações Estratégicas (UIE) – Dilson Ferreira da Cruz

Comissão de Jurisprudência – João Vieira Barros

Ouvidoria – Dirceu de Oliveira Mendes

Coordenadoria Processual – Mariana de Luna Cury

Controladoria Interna – Marcos Chust

Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – Mário Augusto de Toledo Reis

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) – Ana Carla Bliacheriene

Equipe de apoio (Portaria 331/2021)

Ari de Soeiro Rocha - NGG (Coordenador)

Leonardo Cesar de Castro - NGG

Cybele Prandini - SG

Rosano Pierre Maieto - Presidência

João Roberto Fernandes de Lima - SFC

Juliana D'Alessandro Simionato - SA

Marcos Ribeiro de Siqueira - Imprensa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Ações da Presidência do TCMSP	4
2. O TCMSP	8
2.1. Competência	9
2.2. Jurisdição e jurisdicionados	11
2.3. Estrutura	11
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	13
3.1. Referencial Estratégico	16
3.2. Mapa Estratégico	17
4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	19
4.1. Parecer Prévio das Contas da PMSP	19
4.2. Fiscalizações em destaque	22
4.3. Principais Julgamentos e Deliberações	31
5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	33
6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	35
6.1. Ouvidoria	35
6.1.1. Das Manifestações	35
6.1.2. Dos Índices de Satisfação	35
6.1.3. Dos Canais de Recebimento de Manifestações	35
6.1.4. Da Classificação das Manifestações Recebidas	36
6.1.5. Pesquisa de Satisfação	37
6.2. Câmara Municipal de São Paulo	38
6.3. Outras Entidades	42
6.4. Parcerias Firmadas	44
6.4.1. Termos de Cooperação Técnica	44
6.4.2. Parcerias	45
6.4.3. Convênios	46
6.5. Sociedade	46
7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	48
7.1. Execução Orçamentária e Financeira	48
7.1.1. Receitas	48
7.1.2. Despesas	48

7.1.3. Transferências de Créditos Orçamentários à PMSP	49
7.1.4. Economia Orçamentária.....	49
7.1.5. Participação orçamentária do TCMSP no Orçamento-Geral do Município.....	50
7.2. Gestão de Pessoas.....	50
7.2.1. Resumo Geral de Investimentos em Capacitações – 2021.....	52
7.2.2. Indicadores de Capacitação com Base na Meta Anual de 2021	52
7.2.3. Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2020/2021	53
7.2.4. Indicadores de Capacitação Áreas Certificadas ISO/9001 (SFC/ETQC/GRT-URH) - Ano 2021	53
7.2.5. Contribuição dos Cursos Realizados no Ano - 2021.....	54
7.2.6. Trilhas de Capacitação em TI	54
7.2.7. Ecos do Comportamento	54
7.3. Subsecretaria Administrativa (SA)	55
7.3.1. Coordenadoria de Recursos Humanos	56
7.3.2. Coordenaria Administrativa.....	59
7.3.3. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.....	59
7.4. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	59
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	60
8.1. Redes	60
8.2. Suporte.....	61
8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas	61
8.3.1. Relatórios Publicados.....	62
8.3.2. Capacidade de desenvolvimento de software.....	62
8.3.3. Principais projetos.....	62
9. CONTROLE INTERNO.....	64
9.1. Execução de Atividades por Tema	64
9.1.1. Análise do Fluxo Processual	64
9.1.2. Monitoramento da Fruição de Férias	64
9.1.3. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira	64
9.1.4. Análise do Portal do Tribunal de Contas na Internet	65
10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS.....	66
10.1. Cursos De Extensão.....	66
10.2. Pós Graduação.....	67
10.3. Palestras e Eventos	67

10.4. Observatório de Políticas Públicas	68
10.5. Revista Simetria	68
ANEXO I - TCMSP EM NÚMEROS (2021).....	69
ANEXO II - ÓRGÃOS JURISICIONADOS TCMSP (2021)	70
ANEXO III - DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS FISCALIZAÇÕES (2021).....	75

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades do exercício de 2021 embute os desafios e as adversidades enfrentadas com o advento da pandemia de coronavírus, que desde março de 2020 colocou o mundo em permanente estado de transformação, adaptação e impôs novas condições de trabalho a partir do isolamento social.

Mantivemos em 2021, a dinâmica de proteção à vida dos servidores, servidoras, estagiários e colaboradores terceirizados por meio do necessário recolhimento e da adoção de diversas medidas protetivas, visando garantir uma transição segura para o retorno das atividades presenciais nesta Corte de Contas.

1.1. Ações da Presidência do TCMSP

O Gabinete da Presidência coordena as políticas internas que direcionam o funcionamento de toda a estrutura do Tribunal de Contas, com a integração das diversas áreas.

A integração resultou na participação efetiva do Gabinete em praticamente todas as atividades realizadas em 2021.

- Curso online “Orçamento Público: gênero e raça em foco”, em parceria com a Escola de Gestão e Contas (junho);
- Outorga do Colar de Mérito “Prefeito Brigadeiro Faria Lima” aos seguintes homenageados: Ministro Ricardo Lewandowski (STF), Prefeito Bruno Covas (*in memorian*), jurista Celso Antônio Bandeira de Mello e o juiz Federal Silvio Luis Ferreira da Rocha (novembro);
- Participação do TCMSP no “2º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas” (organizado por diversas entidades do Sistema de Controle Externo capitaneadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon), realizado entre os dias 9 e 12 de novembro em João Pessoa (PB). No referido Congresso, o TCMSP apresentou sua experiência com o mecanismo “Mesas Técnicas” e participou da elaboração da Minuta de Resolução disponibilizada a todos os Tribunais de Contas do país;

- Criação do Comitê dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- Ampliação das funcionalidades da ferramenta digital Informações e Relatórios de Interesse Social (IRIS);
- Início das transmissões online das sessões ordinárias do TCMSP na plataforma Youtube;
- Encontro organizado pelo TCMSP, TCU, Atricon e Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) para debater desafios e avanços das políticas para mulheres (novembro);
- Seminário “A Reforma da Lei de Improbidade Administrativa e o Controle Externo”, na Escola de Gestão e Contas Públicas do TCMSP (dezembro);
- II Encontro de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), realizado em dezembro de 2021;
- No dia 2/12 o TCMSP promoveu uma Mesa Técnica de apresentação do balanço das ações realizadas e ainda em andamento, pelas pastas de Cultura, da Saúde e das Subprefeituras, desde o ano de 2020, considerando o contexto da pandemia da Covid-19 na cidade de São Paulo. Representantes do Poder Legislativo Municipal e da empresa oficial de turismo e eventos da cidade, a São Paulo Turismo (SPTuris), também estiveram presentes no encontro;
- Programação Comemorativa dos 25 da Certificação do TCMSP com a obtenção do Selo ISO 9001. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi o primeiro órgão público brasileiro a obter o selo ISO 9001, concedido pela British Standards Institution (BSI). Evento realizado em novembro de 2021;
- Apresentação online do projeto “Cidadania em Contas”, após realização de diversas atividades presenciais nas Subprefeituras durante o ano de 2019;
- Participação do TCMSP no XII Encontro Nacional dos Técnicos de Educação Profissional das Escolas de Contas (XII EDUCONTAS), com a temática “Tribunais de Contas e a sociedade no pós-pandemia”. O evento foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE- RS) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), e contou com o apoio da Associação dos Servidores

dos Tribunais de Contas (ATRICON), do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNPTC) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM);

- O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC assinaram, em agosto, Acordo de Cooperação Técnica. Trata-se de uma parceria entre o TCMSP e sete prefeituras daquela região com o objetivo de capacitar servidores de diferentes órgãos do poder público, por meio da Escola de Gestão e Contas Públicas do TCMSP;
- Desde maio de 2021, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), por meio da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC), passou a disponibilizar em seu Portal na internet, resumos dos seus principais relatórios técnicos. Os resumos produzidos contemplam as principais conclusões dos relatórios e buscam apresentar, em linguagem acessível, a importância dos temas abordados para a sociedade;
- O TCMSP participou em maio do lançamento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) no Estado de São Paulo. Lançado nacionalmente no dia 20/5/2021, o PNPC é direcionado aos gestores e servidores das três esferas de governo e dos três poderes em todos os estados da federação, foi elaborado nas Ações 09/2020 e 09/2021 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com coordenação e execução, pelas Redes de Controle nos Estados, patrocinadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). O programa conta com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Cumprе destacar, ainda, que no decorrer do ano de 2021 a Equipe de Proteção de Dados do TCMSP, formada pela Portaria 043/2021, atuou em diversas frentes para

iniciar e garantir a eficaz implantação da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados. Dentre as diversas ações destacam-se:

- ✓ Mapeamento das áreas do TCM para detectar os dados pessoais existentes em cada área/unidade e as peculiaridades de acesso (Data Flow Map);
- ✓ Relatório de Desenvolvimento do Estudo de Impacto da LGPD no TCMSP;
- ✓ Lançamento do hot site de proteção de dados do TCMSP em março de 2021 (<https://lgpd.tcm.sp.gov.br>);
- ✓ Divulgação de vídeo institucional para demonstrar o modo de atuação da equipe de proteção de dados;
- ✓ Formalização de termo de uso e consentimento no âmbito do protocolo eletrônico, bem como do termo de uso do portal do TCMSP e inserção do aceite de cookies;
- ✓ Criação do canal para dúvidas e requisições;
- ✓ Ferramenta de identificação de dados pessoais no sistema de processo eletrônico do e-TCM;
- ✓ Adaptação das áreas do Tribunal para garantir a proteção de dados pessoais;
- ✓ Ações de boas práticas: treinamentos e capacitação de servidores: I Encontro LGPD no TCMSP (agosto de 2021) e II Encontro LGPD no TCMSP (dezembro de 2021);
- ✓ Elaboração de termo de notificação nos e-mails e ofícios da Coordenadoria Processual e Coordenadoria de Recursos Humanos;
- ✓ Adaptação de contratos e convênios do com cláusulas de proteção de dados pessoais;
- ✓ Mapeamento de atividades da Auditoria inerentes à proteção de dados pessoais;
- ✓ Participação Audiência Pública da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD);
- ✓ Elaboração de pareceres envolvendo a matéria de proteção de dados pessoais, bem como a interface com a LAI – Lei de Acesso à Informação.

Por fim, há de se destacar diversas outras iniciativas e trabalhos que estão detalhados ao longo deste relatório, todos realizados com o intuito de aperfeiçoar a atuação deste Tribunal, para poder oferecer melhores serviços à Administração Pública e à sociedade paulistana.

2. O TCMSP

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi criado pela Lei Municipal 7.213, de 20 de novembro de 1968. É um órgão público municipal, independente, autônomo, com orçamento próprio e corpo técnico qualificado. Tem a função de auxiliar a Câmara Municipal no controle externo da fiscalização do município de São Paulo.

A missão dos Tribunais de Contas no Brasil e a extensão de suas competências estão definidas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. No caso do TCMSP, sua atuação está disciplinada na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e Lei Orgânica do TCMSP – Lei nº 9167/80, regulamentada pelo Regimento Interno.

Nesse sentido, o TCMSP é um legítimo instrumento para o efetivo exercício da cidadania, pois além de atuar por sua própria iniciativa, sem provocação, sua Lei Orgânica e seu Regimento Interno preveem mecanismos de participação da sociedade diretamente ou por seus representantes, como os institutos da Representação e da Denúncia.

Outrossim, seguindo tendência mundial, o TCMSP paulatinamente tem atuado de forma preventiva e concomitantemente na fiscalização dos gastos públicos, seja atuando antes que o recurso público seja realizado, seja detectando e corrigindo falhas na prestação de serviços públicos, cumprindo, dessa maneira, de forma mais eficiente a sua missão.

O Tribunal é integrado por cinco Conselheiros escolhidos – dentre brasileiros de mais de 35 anos e menos de 65 anos, com idoneidade moral e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e com mais de 10 anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos anteriores. A escolha dos Conselheiros é realizada da seguinte forma: dois por indicação do prefeito, com

aprovação da Câmara Municipal, e três escolhidos pela Câmara Municipal (artigos 49 e 50 da Lei Orgânica do Município de São Paulo).

Atualmente a composição do Colegiado é a seguinte:

- ❖ **Presidente - João Antonio da Silva Filho;**
- ❖ **Vice-Presidente - Eduardo Tuma**
- ❖ **Conselheiro - Corregedor - Roberto Braguim**
- ❖ **Conselheiro - Maurício Faria**
- ❖ **Conselheiro - Domingos Dissei**

2.1. Competência

Cabe ao TCMSP fiscalizar a Administração pública municipal mediante o controle da legalidade das contratações públicas, aferir se os recursos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos estão sendo devidamente empregados pelos gestores públicos e avaliar a qualidade dos bens e serviços públicos que estão sendo prestados pelo poder público.

Nesse sentido, compete ao Tribunal:

- Exercer, com a Câmara Municipal, na forma da Constituição, o controle externo das contas dos Poderes Municipais;
- Emitir parecer sobre as Contas Anuais do Prefeito e do próprio TCMSP (podendo ser rejeitado pela Câmara Municipal pelo voto de 2/3 de seus membros (artigo 31, §2º da Constituição Federal));
- Julgar a regularidade das Contas da Câmara, dos Administradores e demais responsáveis por recursos financeiros, bens e valores públicos da Administração Direta, constituída pelo Gabinete do Prefeito, pelas Secretarias Municipais e por seus órgãos auxiliares, e da Administração Indireta, constituída por Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas;

- Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, por iniciativa própria ou quando solicitadas pela Câmara ou por cidadãos, neste caso, por meio de denúncias e representações;
- Emitir parecer, a pedido da Câmara, sobre empréstimos a serem contraídos pelo Município;
- Examinar a legalidade de atos de admissão de pessoal e de aposentadorias e pensões, para fins de registro;
- Examinar e julgar contratos e outros instrumentos de despesa;
- Julgar a aplicação de auxílios e subvenções concedidos pelo Município a entidades particulares de caráter assistencial ou que exerçam atividades de relevante interesse público;
- Emitir parecer sobre consultas da Administração (encaminhadas pelo prefeito ou pelo presidente da Câmara Municipal);
- Prestar informações solicitadas pela Câmara Municipal sobre fiscalização, auditorias e inspeções realizadas;
- Aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, em caso de ilegalidade de procedimento ou irregularidade das contas;
- Assinar prazo para a adoção de medidas necessárias ao exato cumprimento da lei ou dispositivo regulamentar;
- Sustar, se não atendido, o ato impugnado;
- Tratando-se de contrato, se identificadas irregularidades graves ou ilegalidades, a sustação compete ao Legislativo que, instado pelo Tribunal de Contas, deverá solicitar ao Poder Executivo que adote as providências cabíveis. Se, no prazo de noventa dias, as medidas não forem adotadas, o Tribunal decide a respeito;
- Apurar denúncia envolvendo matéria de sua competência;
- Representar ao Prefeito e à Câmara Municipal sobre irregularidades ou abusos apurados no exercício de sua atividade fiscalizadora;

- Determinar, a qualquer momento, e quando houver fundados indícios de ilícito penal, remessa de peças ao Ministério Público do Estado;
- Mais recentemente outras atribuições foram conferidas aos Tribunais de Contas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e Contratos e até mesmo em decorrência do reconhecimento de princípios que se tornaram expressos na Constituição Federal.

2.2. Jurisdição e jurisdicionados

O TCMSP tem jurisdição sobre pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiro, valores e bens do Município ou pelos quais responda, bem como os administradores das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Município.

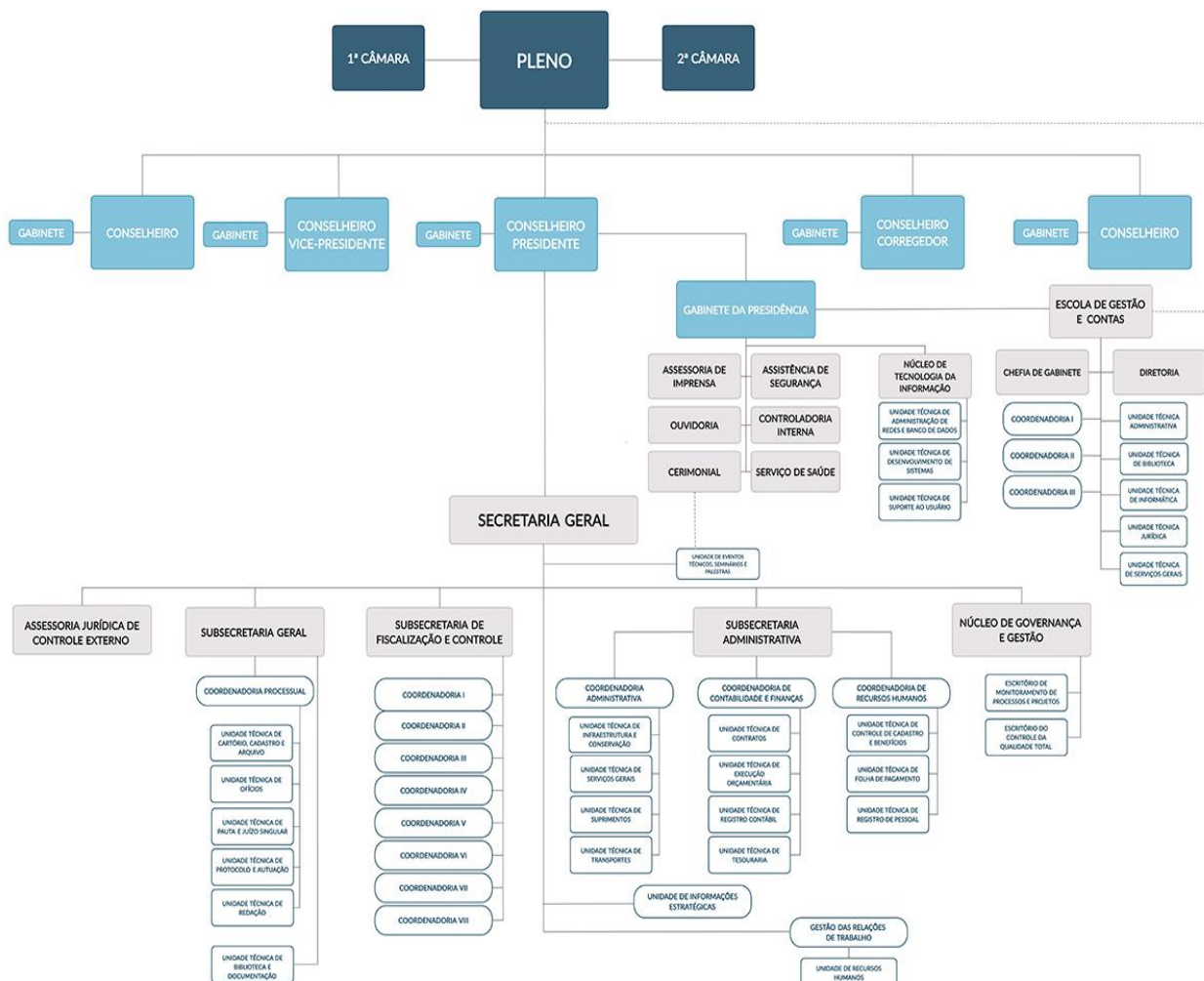
Sob a sua jurisdição ficam sujeitos:

- Os ordenadores de despesas, administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, bem como de quem haja recebido benefício por antecipação ou adiantamento.
- Todos os servidores públicos, qualquer pessoa ou entidade que seja ou não estipendiada ou subvencionada pelos cofres públicos municipais, e que derem causa a perda, subtração, extravio ou dano em valores, bens e materiais do Município.

No **Anexo II** apresentamos os Órgãos jurisdicionados do TCMSP com a indicação do respectivo Conselheiro Relator.

2.3. Estrutura

Com o objetivo de cumprir suas competências institucionais o TCMSP está assim organizado:



— Escola de Gestão e Contas: Conselho Dirigente definido por resolução do Colegiado
 — Unidade de Eventos Técnicos, Seminários e Palestras: atua em colaboração com o Cerimonial

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo desenvolveu-se inicialmente no âmbito do Grupo de Trabalho Governança (GTGov), constituído em 2017.

O referido grupo realizou uma complexa leitura organizacional do Tribunal, além de terem sido abordadas as premissas do planejamento estratégico, por meio da elaboração de diagnóstico setorial e o mapeamento das capacidades da Corte, das suas competências e dos riscos envolvidos.

Na sequência, o Grupo de Trabalho Planejamento Estratégico (GTPE), em substituição ao GTGov e coordenado pelo Núcleo de Governança e Gestão (NGG), atuou diretamente na construção do Plano Estratégico e contou com representantes de todas as unidades do Tribunal, efetuou a repartição das atividades técnicas e operacionais e, dentre várias ações, elaborou a minuta final do Plano Estratégico 2020-2023.

Posteriormente, a Resolução nº 11/2021 aprovou o Plano Estratégico do TCM-SP¹ para o período 2020-2023, cuja implementação desdobra-se nos Planos Setoriais 2020-2021 e 2022-2023, seguidos dos respectivos Planos Anuais das unidades envolvidas: Secretaria Geral (SG), Subsecretaria Geral (SSG), Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC), Assessoria Jurídica de Controle Externo (AJCE), Subsecretaria Administrativa (AS), Núcleo de Governança e Gestão (NGG), Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Gestão das Relações do Trabalho (GRT), Unidade de Informações Estratégicas (UIE), Unidade de Jurisprudência, Controladoria Interna, Assessoria de Imprensa, Ouvidoria e Escola de Gestão e Contas (EGC).

¹ Disponível em:
<https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/Documentoid?idFile=86a98d19-6e1d-4bc4-919b-fe2513e4d2c8>

O ano de 2021 encerrou o ciclo do Plano Setorial 2020-2021. Este ciclo contou com 59 projetos, que foram acompanhados e monitorados mensalmente pelo NGG, dos quais destacamos alguns que já se encerraram:

a) Gestão de processos – BI: o projeto foi orientado para a definição e a implementação de indicadores para acompanhamento operacional das atividades relacionadas às autuações, andamentos, julgamentos, notificações, instruções e arquivamentos dos processos, com base em procedimentos de extração, organização e análise de dados.

b) Acordos Administrativos: o projeto possibilitou ao Tribunal dar tratamento juridicamente adequado a instrumentos oriundos de consensualismo no âmbito da administração pública.

c) Mesa Técnica: o projeto regulamentou o instituto da Mesa Técnica, que consiste em reunião de trabalho entre representantes do controle externo e agentes e servidores de órgãos e entidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em matérias de destacada relevância ou de alto grau de complexidade.

d) Controle Prévio de Licitações: o projeto regulamentou o controle prévio de processos de desestatização realizados pela Administração Pública municipal, compreendendo as privatizações de empresas, as concessões e permissões de serviço público e as contratações das Parcerias Público-Privadas (PPP).

e) Matriz de instrução de procedimentos administrativos de Ouvidoria: o projeto estabeleceu critérios para o encaminhamento das demandas recebidas no TCM pela Ouvidoria, em observância aos princípios de governança.

f) Criação da Unidade de Informações Estratégicas: o projeto instituiu a Unidade de Informações Estratégicas, responsável pela implementação de técnicas, procedimentos e ferramentas tecnológicas que aprimorem a gestão da informação e propiciem maior eficiência e efetividade às ações do controle externo e ao uso das bases de dados desenvolvidas ou acessadas pelo Tribunal na realização de pesquisas para as atividades administrativas e de fiscalização.

g) Criação da Unidade de Controle Interno: o projeto cuidou da elaboração e publicação da Ordem Interna que criou e regulamentou a Unidade de Controle Interno (Controladoria Interna), responsável pela coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno do Tribunal.

h) Observatório de Políticas Públicas: o projeto sistematizou as informações produzidas no âmbito do Município de São Paulo e do Tribunal a fim de contribuir para a reflexão acerca das políticas públicas executadas.

i) Boletim de Jurisprudência: o projeto visou a produção de um normativo interno que contivesse a elaboração e a divulgação dos boletins de jurisprudência.

j) Instância recursal prevista na Lei de Acesso à Informação: o projeto consistiu na identificação das instâncias recursais competentes para atender à exigência de que os recursos impetrados em razão de indeferimento de acesso a informações ou de negativa de acesso sejam dirigidos a uma instância recursal.

k) Política de Comunicação: o projeto aprimorou e formalizou a Política de Comunicação do TCMSP a qual tornou-se o instrumento orientador e normativo concebido para sistematizar a comunicação da instituição maximizando seu desempenho. Previu a criação e a manutenção de fluxos de comunicação que facilitassem a interação entre o Tribunal de Contas, a população, partes interessadas e na perspectiva da comunicação interna, entre os membros da própria instituição.

l) Cidadania em Contas: o projeto visou aprofundar a relação do Tribunal com a população paulistana por meio da comunicação direta com suas instituições e organizações sociais, apresentando o trabalho realizado pela Auditoria e pela Escola de Contas, além dos cursos ofertados e os canais de comunicação por meio do Portal e da Ouvidoria do TCMSP.

m) Adoção de práticas sustentáveis: o projeto consistiu no desenvolvimento da cultura sustentável junto aos servidores deste Tribunal alinhada ao conjunto de recomendações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas.

n) Estudo de Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados: o projeto resultou na entrega de Relatório de Desenvolvimento do Estudo de Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei Nº 13.709/18, além de dar início à efetiva implantação da LGPD no TCMSP com a edição de Portaria para instituir a Encarregada de Dados e a Equipe de Apoio pelo Tratamento de Dados Pessoais do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Ainda em 2021, sob coordenação da Presidência e da Secretaria Geral e com a operacionalização e organização do NGG, iniciaram-se as etapas preparatórias para a consolidação do segundo ciclo de planejamento setorial do Tribunal. Em substituição ao GTPE foi criado, em definitivo (Portaria 369/2021), o Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

O CGE atuou como instância de supervisão técnica relacionada a todas as etapas de elaboração do Plano Setorial 2022-2023 (PS 22-23), bem como, no processo decisório acerca da seleção, aprimoramento e indicação das propostas transformadas em projetos para o referido biênio.

O resultado foi a consolidação de uma minuta de PS 22-23 que passou a contar, para o atual biênio, com 32 novos projetos estratégicos, 25 novas ações estratégicas, além de 02 novos programas estratégicos, a saber: Celeridade Processual e Aprimoramento das Fiscalizações.

Além disso, o Tribunal passou a contar com um Banco de Projetos composto por um conjunto de propostas que poderão ser iniciadas a qualquer momento, a critério da gestão e de acordo com as necessidades apuradas.

3.1.Referencial Estratégico

Os referenciais estratégicos aprovados pelo Pleno do Tribunal, conforme a Resolução nº 12, de 20 de agosto de 2020, representaram as bases para a construção do Plano 2020-2023 e orientaram a definição dos objetivos e iniciativas

estratégico, essenciais para a concretização dos anseios dos Conselheiros, gestores e servidores.

MISSÃO

Exercer o controle externo, especialmente preventiva e concomitantemente, fiscalizando, julgando e orientando a gestão dos recursos públicos do Município de São Paulo de modo a assegurar que sejam arrecadados e aplicados em conformidade com os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade visando a melhoria dos serviços municipais em prol da sociedade.

VISÃO

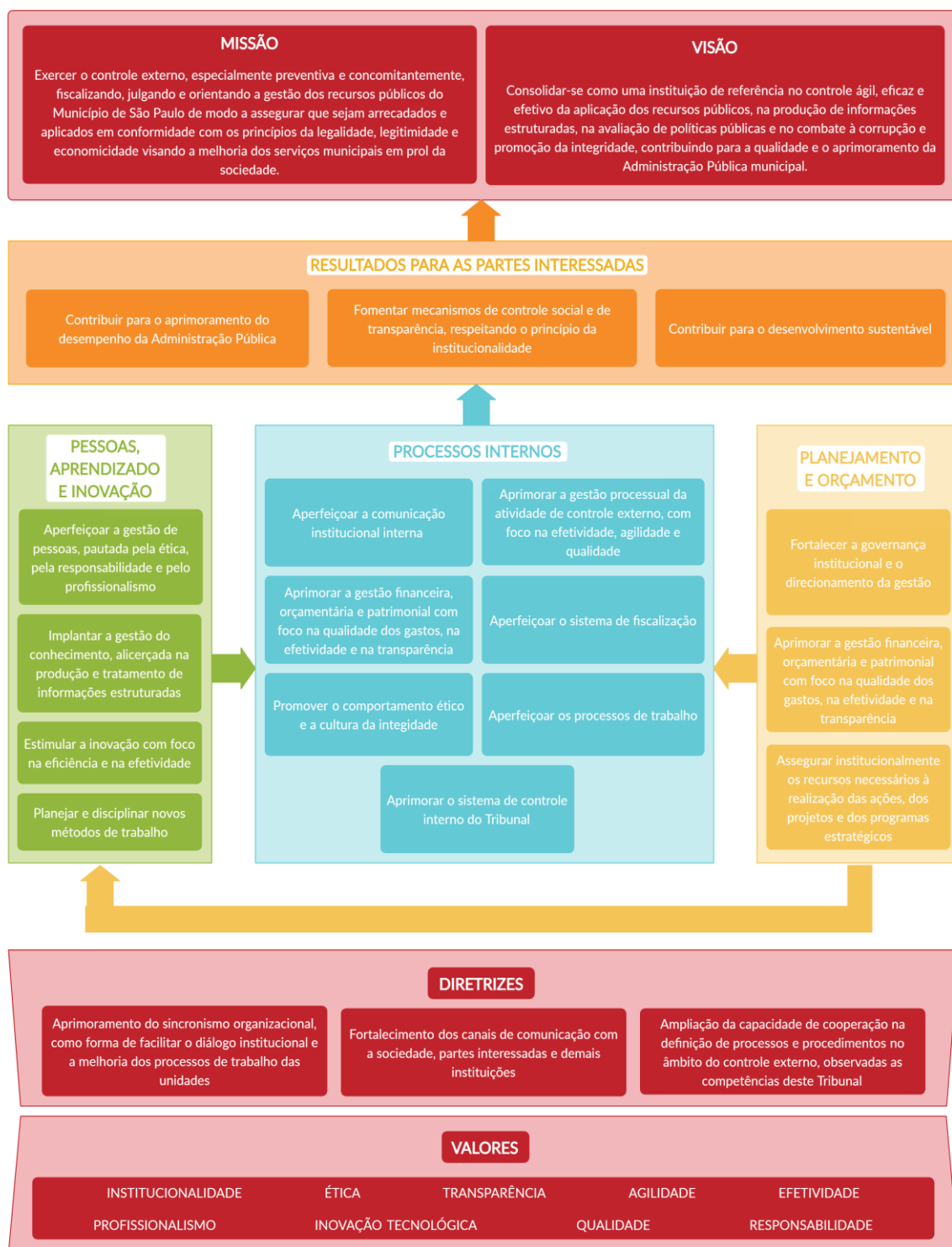
Consolidar-se como uma instituição de referência no controle ágil, eficaz e efetivo da aplicação dos recursos públicos, na produção de informações estruturadas, na avaliação de políticas públicas e no combate à corrupção e promoção da integridade, contribuindo para a qualidade e o aprimoramento da Administração Pública municipal.

VALORES

Institucionalidade	Ética	Transparência
Agilidade	Efetividade	Profissionalismo
Inovação Tecnológica	Qualidade	Responsabilidade

3.2. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico orienta na definição do conjunto de indicadores desenvolvidos e na disseminação e no controle da execução do Plano, devidamente alinhado com os anseios da Corte. No Mapa, os Referenciais Estratégicos informam as quatro Perspectivas, devidamente compostas pelos Objetivos e graficamente representadas, de forma que estes estejam interligados, por meio de uma relação de causa e efeito, às Iniciativas Estratégicas.



4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Os efeitos causados da pandemia de COVID-19 ainda puderam ser observados no ano de 2021, em especial no que se refere às adaptações necessárias para dar continuidade ao trabalho de controle externo exercido pelo TCMSP. Ao mesmo tempo, o ano foi marcado pelo avanço da vacinação contra o coronavírus, o que proporcionou um retorno gradual de atividades presenciais e fiscalizações *in loco*.

Nesse cenário, a Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) deu continuidade a diversos projetos de aprimoramento das execuções das fiscalizações, entre eles a disponibilização do novo Manual de Auditoria Governamental – Princípios Gerais, lançado em maio/2021, aderente às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), e a realização de treinamentos com as equipes de auditoria para aplicação das diretrizes do documento.

Com as equipes adaptadas aos métodos de trabalho e respeitando as orientações das autoridades de saúde, foi possível executar e concluir, no decorrer de 2021, um total de 643 fiscalizações com temas variados. No **Anexo I – TCMSP em números**, pode-se verificar os principais dados quantitativos relativos à atuação desta Corte.

4.1. Parecer Prévio das Contas da PMSP

Por unanimidade, em 30.06.2021, o Colegiado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das Contas da Prefeitura da capital, relativas ao exercício de 2020, durante sessão plenária extraordinária, realizada em ambiente virtual, ressalvados os atos não apreciados ou ainda pendentes de julgamentos específicos.

No entanto, foram feitas determinações e recomendações à Prefeitura do Município de São Paulo, nos termos do voto do relator, conselheiro vice-presidente Roberto Braguim, que foi acompanhado na íntegra pelo revisor, conselheiro corregedor Eduardo Tuma, e pelo conselheiro Domingos Dissei. Também foram acolhidas as considerações feitas pelo conselheiro Maurício Faria com relação à indicação dos quatro riscos fiscais no contexto da pandemia da Covid-19, nas áreas de educação,

saúde, subsídio aos transportes e precatórios, com determinação do relator para aprimoramento.

No seu voto, o relator Roberto Braguim destacou que “as contas do Executivo, em sua essência, trazem o retrato da situação fiscal do Município e revelam o cumprimento do orçamento, dos planos de governo e dos programas governamentais, os níveis de endividamento e o atendimento aos limites de gastos mínimos e máximos previstos no ordenamento para saúde, educação e pessoal, expressando os resultados da atuação do governo”.

O exame das Contas do exercício de 2020 está balizada no Relatório Anual de Fiscalização de 2020 (RAF 2020), elaborado pela auditoria do TCMSP, e na instrução dos processos acompanhantes nos quais estão analisadas as principais atividades da Administração Municipal, abordando os aspectos de gestão, demonstrativos contábeis e transparência, sobrelevando os gastos com pessoal, previdência, educação, saúde, publicidade, precatórios e Covid, além do cumprimento dos dispositivos relativos aos limites constitucionais e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo dados do RAF 2020, a receita arrecadada atingiu 96,6% do previsto para o exercício, totalizando R\$ 66,7 bilhões, superando em 6,3% o volume arrecadado em 2019, que somou R\$ 62,7 bilhões. As receitas que apresentaram as maiores variações positivas foram as relativas a impostos, taxas e contribuições (IPVA, ISS, Fundeb) e transferências correntes.

Por sua vez, em relação à previsão para o exercício, a despesa empenhada foi inferior em R\$ 5,1 bilhões, totalizando R\$ 64,9 bilhões. Esse valor supera em 9,3% o montante empenhado em 2019, crescimento superior à receita, mas suficiente para alcançar o resultado orçamentário positivo de R\$ 1,7 bilhão.

Ainda no seu voto, o relator também registrou que a “Lei Orçamentária aprovada não contemplou as dotações específicas relacionadas à Covid-19, dada a imprevisibilidade de tal evento”, e que “para suprir a lacuna foram inseridas novas

ações no orçamento por meio de créditos adicionais especiais e extraordinários cuja execução foi pulverizada em diversos projetos e atividades de variados órgãos e entidades integrantes da estrutura da Administração Municipal”.

Conforme os dados do Relatório Anual de Fiscalização de 2020, no tocante às gestões financeira e orçamentária relacionadas à Covid, foram identificadas receitas arrecadadas na ordem de R\$ 2,4 bilhões, sendo a maior parte (92,3%) proveniente de transferência de recursos federais.

Durante o exercício, frente às expectativas de um cenário desfavorável, a Prefeitura promoveu, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a revisão das metas fiscais previstas para 2020, alterando as metas do resultado primário e nominal para valores negativos. Conforme o voto do relator, “tais expectativas, porém, não se concretizaram, e o Município encerrou o exercício com o cenário fiscal favorável, com capacidade para honrar as suas obrigações e com recursos financeiros em caixa de soma significativa da ordem de R\$ 17,3 bilhões, alcançando aumento de 8,7% da receita corrente líquida”.

Por fim, na sua conclusão, o relator considerou que “as fiscalizações realizadas evidenciaram que apesar da declaração do estado de calamidade pública ocasionada pela pandemia do coronavírus e do aumento da despesa, o Município encerrou o exercício de 2020 com situação financeira favorável, aumento da disponibilidade de caixa livre, atendimento da Regra de Ouro da Administração Pública, baixo nível de endividamento, atendimento dos percentuais mínimos de gastos com educação e saúde previstos no ordenamento constitucional, cumprimento das metas de resultado primário e nominal, respeito aos limites relacionados às despesas com pessoal, às operações de crédito, às concessões de garantia, ainda que tais limites estejam suspensos enquanto perdurar o estado pandêmico citado”.

As cópias do relatório, voto e acórdão foram enviadas à Prefeitura do Município de São Paulo, Parlamento Municipal, e Secretaria da Fazenda do Município e à Controladoria Geral da capital.

A íntegra do relatório anual de fiscalização, bem como do voto do relator e do parecer sobre as contas da Prefeitura de 2020 podem ser acessados [AQUI](#).

4.2. Fiscalizações em destaque

No decorrer de 2021 as Coordenadorias da SFC desenvolveram diversas fiscalizações que foram divulgadas no portal do TCMSP na internet (exemplos no **Anexo III**). Além dessas podem ser destacadas as seguintes:

TEMAS: PROGRAMA DE METAS, GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

➤ TC 7528/2021 - Objeto: Programa de metas 2021-2024

Objetivo: Verificar se o programa de metas estava compatível com a legislação aplicável e com os demais instrumentos de planejamento.

Principais resultados: Foi identificado risco de não implementação das metas em razão dos custos de cada uma delas não estarem devidamente mensurados, inconsistências entre as metas fixadas no programa frente a diretrizes constantes da campanha eleitoral, do plano diretor estratégico e de indicadores do plano plurianual, e apesar da previsão de instituição de endereço eletrônico destinado ao acompanhamento do programa de metas, a publicação do desempenho dos indicadores será, no mínimo, a cada seis meses e através de um relatório de execução anual, havendo espaço para aperfeiçoamento da prestação de contas.

Benefícios potenciais: Aperfeiçoamento do processo de fixação e controle das metas pela PMSP e sociedade, visando garantir sua realização e estabelecer a confiança no pacto social constituído entre os cidadãos e o poder público.

➤ TC 12012/2021 - Objeto: Gestão financeira e orçamentária da PMSP - 2021

Objetivos: Analisar a evolução financeira/orçamentária do primeiro semestre de 2021; avaliar o impacto das ações emergenciais relacionadas à pandemia de

Covid-19 no orçamento municipal no primeiro semestre 2021; e avaliar a administração financeira dos recursos, a evolução das disponibilidades e a capacidade de solvência da PMSP frente às obrigações de curto prazo, com base na tendência verificada em períodos anteriores e no cenário macroeconômico.

Principais resultados: Apesar de a PMSP apresentar situação financeira confortável no curto prazo, análise de tendência demonstrou que a dinâmica das receitas arrecadadas e despesas pagas, considerando os dados do primeiro semestre de 2021, demonstra uma evolução negativa para as finanças do Município no médio prazo. A comparação do primeiro de semestre de 2020 com período similar do ano em curso evidencia que a despesa paga pela fonte “tesouro municipal”, em termos nominais, aumentou 20,6% enquanto que a receita arrecadada subiu apenas 12,5%.

Benefícios potenciais: Projeção de cenários financeiros que permitam à PMSP antecipar eventuais desajustes fiscais e, em sendo o caso, adotar providências que mitiguem a concretização de tal risco.

TEMA: EDUCAÇÃO

➤ TC 1475/2021 - Objeto: Avaliação Diagnóstica e Recuperação da Aprendizagem

Objetivo: Verificar os resultados alcançados na Prova Diagnóstica aplicada na Rede Municipal de Ensino em novembro/dezembro de 2020, as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para a recuperação de aprendizagem em 2021 e a existência de mecanismos de busca ativa aos alunos.

Principais resultados: Durante o período de isolamento social, os professores do Projeto de Apoio Pedagógico (PAP) foram orientados a manterem sua atuação centrada nos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem, já

diagnosticados como público-alvo do projeto, bem como aqueles alunos que apresentaram dificuldades no decorrer do tempo. Foram mapeados estudantes que não conseguiram acessar a Plataforma *Google Sala de Aula* ou que não utilizaram o material “Trilhas de Aprendizagem”. Os resultados da avaliação diagnóstica realizada em novembro/dezembro de 2020 também foram utilizados para a reorganização do PAP, bem como para os planos de ação das escolas, que inclui os processos de recuperação paralela e contínua. Verificou-se ainda que não há procedimento de busca ativa para crianças e adolescentes que deveriam estar matriculados nos ensinos fundamental e médio.

➤ **TC 15053/2021 - Objeto: Creches - Controle e Transparência**

Objetivo: Verificar se os procedimentos adotados para controle das prestações de contas das creches parceiras, realizado pela Administração Direta, são aderentes às disposições constantes dos arts. 53 a 66 da Portaria SME 4.548/2017.

Principais resultados: A auditoria concluiu que não há controle efetivo. Em 76,9% dos processos, não foi formalizada prestação de contas pelas organizações parceiras, e nos demais casos, a apresentação se deu de forma extemporânea – infringência ao art. 62, I, da Portaria 4.548/2017. Em 84,6% dos processos da amostra não foi identificado parecer técnico conclusivo, contrariando o disposto no art. 66 da Portaria 4.548/2017. Em 30,8% dos casos analisados (4 CEIs da amostra) não foi instaurado procedimento de tomada de contas especial; e mesmo nos demais processos, nos quais foi instaurado processo compatível com a tomada de contas especial, os prazos previstos na legislação para implantação do procedimento não foram observados, em infringência ao art. 62, § 1º, da Portaria 4.548/2017.

➤ **TC 5308/2021 - Objeto: Acompanhamento do Plano Municipal de Educação**

Objetivo: Avaliar a execução de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, nos termos da Portaria SME nº 7.972/2016.

Principais resultados: Existem, atualmente, desafios para a efetiva implementação da sistemática de monitoramento e avaliação do PME, nos termos da Portaria SME nº 7.972/2016, fato que pode comprometer sua efetividade, sobretudo quanto ao acompanhamento das ações desenvolvidas ao longo da vigência do Plano para o cumprimento das diretrizes, metas e estratégias nele contidas (transparência), elevando o risco – ao abrir mão de instrumento de acompanhamento dessa natureza – de que o PME, publicado depois de extenso processo de elaboração participativa, torne-se peça meramente formal.

TEMAS: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL

➤ **TCs 1661/2021 e 1782/2021 - Objeto: Acompanhamento de editais visando futura e oportuna aquisição de cesta de suprimento alimentar (cesta básica) destinadas à população vítima de calamidade pública e situação de vulnerabilidade, em razão da pandemia**

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Principais resultados: Ausência de embasamento para composição de itens e quantidade de cestas estimadas, desconformidades das pesquisas de preços em relação aos Termos de Referência, potencial duplicidade de objeto entre as duas licitações.

Benefícios potenciais: Houve significativa redução do valor anual estimado para o Pregão Eletrônico nº 01/SMADS/2021, de R\$ 207 milhões, para R\$ 113,7 milhões.

➤ **TC 0427/2021- Objeto: Inspeção com vistas à coleta e análise de dados quanto à aplicação de testes RT-PCR realizados no município de São Paulo**

Principais resultados: Foram identificadas fragilidades no processo de planejamento e gestão de testes RT-PCR, falta de estimativa de demanda projetada considerando os possíveis cenários de evolução da pandemia, ausência de planos de contingência objetivos, fragilidade e falta de atualização da pesquisa de preços para estabelecimento do preço máximo a ser pago pelas Organizações Sociais que possuem contratos de gestão firmados junto à SMS.

Benefícios potenciais: Aprimoramento do processo de planejamento a fim de evitar descontinuidade dos serviços de testagem, maior eficiência e controle dos gastos realizados para aquisição de testes RT-PCR com recursos públicos.

➤ **TC 16080/2021- Objeto: Inspeção para verificar a regularidade relativa às ações da SMS em face da prestação de serviços de saúde pelas unidades da operadora *Prevent Senior* durante a pandemia de COVID-19**

Principais resultados: Foram identificados atrasos e falta de informações nas notificações realizadas pela operadora no sistema SIVEP-Gripe, inconsistências de registros entre os sistemas SIVEP-Gripe e PROAIM quanto a testes positivos para COVID e *causa mortis* constantes da declaração de óbito, pacientes notificados na rede que apresentaram óbito em outras unidades, parte dos quais com evolução identificada como “cura”, ausência de banco de dados das pesquisas científicas envolvendo seres humanos realizadas no município, e fragilidades nos controles de inconsistências identificadas na atividade de vigilância epidemiológica.

Benefícios potenciais: Melhoria da qualidade das informações para fins da atividade de vigilância epidemiológica exercida pela Covisa, instituição de banco de dados sobre pesquisas realizadas com seres humanos, e subsídio técnico para investigações em curso relacionadas ao tema.

➤ **TCs 1551/2021 e 1552/2021 - Objeto: Análise e Acompanhamento de Execução do Termo de Contrato nº 057/2020-SMS-1/CONTRATOS - Contratação de empresa especializada em serviços logísticos para operação em almoxarifados, bem como a gestão de solução de automação nos pontos de consumo que contemplem a reposição periódica dos itens consumidos à Central de Distribuição de Medicamentos e Correlatos: almoxarifado central de medicamentos e materiais – CDMEC**

Objetivos: Verificar se o termo contratual estava sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste, e verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.

Principais resultados: Falta de indicação da quantidade disponível de cada medicamento no aplicativo “Aqui Tem Remédio”, falta de cobertura de seguro, falta de documentos de suporte e relatórios dos serviços de transporte efetuados e da apuração do Indicador de Nível de Serviço.

Benefícios potenciais: Melhoria do serviço e da disponibilização de informações assistenciais para a população, bem como melhor controle da execução de gastos públicos.

➤ **TC 8251/2021 - Objeto: Acompanhamento de Execução do Contrato de Gestão Emergencial para implantação, gerenciamento e execução de serviços de saúde de 150 leitos de terapia intensiva adulto e 30 leitos de internação clínica no Hospital Municipal da Vila Brasilândia, com vistas ao enfrentamento da pandemia**

Objetivo: Verificar se a execução estava de acordo com o Plano de Trabalho bem como a regularidade da prestação de contas.

Principais resultados: Ausência/intempestividade de acompanhamento pelas instâncias de controle da SMS (CTA e CAF), irregularidades nas prestações de contas por ausência de documentação comprobatória, falta de segregação de recursos em conta específica, despesas não relacionadas ao objeto do Contrato de Gestão, déficit de contratação de pessoal, atrasos na entrega de leitos, dentre outros.

Benefícios potenciais: Ressarcimento de despesas irregulares, saneamento das falhas para cumprimento das cláusulas contratuais visando melhoria do atendimento à população, aprimoramento dos controles internos para melhor fiscalização dos recursos públicos aplicados pelas organizações sociais.

TEMA: TRANSPORTES

➤ TC 3322/2021 - Objeto: Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito (FMDT)

Objetivo: Verificar se os recursos recebidos foram aplicados no objeto de sua vinculação e se os controles são adequados.

Principais resultados: Foi constatado expressivo valor de multas não inscritas em Dívida Ativa passíveis de prescrição no montante de valor de R\$ 7,7 bilhões; o Município aplicou R\$ 1,78 bilhão em multas de trânsito em 2020, sendo arrecadado R\$ 1 bilhão e postergado o recebimento de R\$ 781,2 milhões em razão de nova regulamentação federal durante a Pandemia; aplicação de recursos em despesas de pessoal da CET no montante de R\$ 729,4 milhões.

Benefícios potenciais: Possível aumento de receita de multas de trânsito, a partir da inscrição dos valores em Dívida Ativa no estimado de R\$ 7,7 bilhões.

➤ **TCs 12931/2017, 12932/2017, 12933/2017, e 12.934/2017 (Relatórios conclusivos finalizados em 2021) - Objeto: Acompanhamento de Execução Contratual - Serviços de fiscalização automática de trânsito e outros, com equipamento/sistema eletrônico - Radares - Lotes 1 a 4**

Objetivo: Verificar se o termo contratual está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.

Principais resultados: Restrição à visibilidade dos equipamentos de medição de velocidade, radares de velocidade, em desacordo com o §2º do artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 396/2011; falta das atualizações dos Estudos Técnicos para aferir a eficácia dos equipamentos, em desacordo com §3º do art. 4º da Resolução CONTRAN nº 396/2011.

Benefícios potenciais: Recomendações para melhoria dos contratos, mediante revisão dos pontos de instalação dos radares para garantir a visibilidade dos equipamentos e inclusão de critérios específicos para limitar os descumprimentos e caracterização de inexecução do ajuste.

TEMAS: LIMPEZA PÚBLICA, ZELADORIA, MEIO AMBIENTE

➤ **TCs 4732/2021, 4734/2021, 4736/2021, 4738/2021, 4739/2021 e 4740/2021 - Objeto: Análise dos termos aditivos das contratações de prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública**

Objetivo: Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.

Principais resultados: Foram analisados os aditivos ocorridos até 2020, referentes a diversos contratos. Entre os achados, identificou-se o acréscimo de equipes com nova formação, sem previsão de quantitativos ou justificativa técnica, que desempenham predominantemente as mesmas funções das equipes já

contratadas, gerando assim um potencial desperdício estimado de R\$ 2,1 milhões por mês desde o início da vigência das alterações.

➤ **TC 7872/2021 - Objeto: Análise da Contratação Direta da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb)**

Objetivo: Verificar a regularidade do ato examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e de mérito.

Principais resultados: A análise evitou a contratação direta, no valor de R\$ 19 milhões, de serviços rotineiros de monitoramento, que consistiriam na continuidade da elaboração de painéis e relatórios que já são elaborados a partir da utilização de sistemas da própria Amlurb e de conhecimentos e ferramentas (incompletas) já expressamente transferidos à Amlurb. Tratar-se-ia da simples continuidade da contratação anterior, que resultou na entrega de serviços manuais de monitoramento da realização do serviço, sem efetiva adição de elementos tecnológicos, fornecendo atividades rotineiras de monitoramento presencial do serviço que deveriam ser realizadas pela própria Amlurb. Apesar de a Amlurb justificar a contratação na necessidade de construção um sistema de monitoramento digital dos contratos de varrição, constatou-se que o termo de referência (exatamente como o anterior, de 2019) não incluiu exigência de produção dessas ferramentas.

➤ **TC 015737/2020 - Objeto: Auditoria Operacional em ocupações irregulares em áreas proteção ambiental ou em desconformidade com o Plano Diretor da cidade de São Paulo**

Objetivo: Avaliar o desempenho operacional dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de ações de fiscalização frente às ocupações de áreas protegidas.

Principais resultados: Foi constatado aumento percentual das áreas protegidas pelas legislações ambiental e urbana com ocupações irregulares, bem como uma generalizada ineficiência, ineficácia e inefetividade dos processos instaurados de fiscalização, desfazimento ou regularização de áreas ocupadas, atividades fins dos órgãos auditados.

TEMA: INFRAESTRUTURA URBANA

➤ TC 013406/2021 - Objeto: Mobiliário urbano

Objetivo: Análise técnica da revisão contratual quanto ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 0141291600, cujo objeto é a manutenção e conservação de abrigos em ponto de parada de ônibus ou em estações de embarque e desembarque e de pontos/totens indicativos de ponto de parada de ônibus existentes, bem como, a criação, confecção, instalação e manutenção de totens indicativos de pontos de parada de ônibus, abrigos em ponto de parada de ônibus e estações de embarque e desembarque.

Principais resultados: Foram identificadas inúmeras falhas apontadas na execução contratual, constatando-se inexecução de diversas obrigações, dentre as quais manutenção corretiva e preventiva dos abrigos, substituição dos contratados, etc.

4.3. Principais Julgamentos e Deliberações

A seguir apresentamos notícias divulgadas pela assessoria de imprensa do TCMSP sobre os principais julgamentos e deliberações ocorridas de 2021:

- TCMSP autoriza retomada de edital para compra de material escolar (Fevereiro) – Saiba mais [AQUI](#)
- TCMSP autoriza a retomada do certame para serviço de pagamento de benefícios sociais (Março) – Saiba mais [AQUI](#)

- TCMSP autoriza retomada de edital para atividades em 12 CEUs (Junho) – Saiba mais [AQUI](#)
- TCMSP autoriza retomada da licitação para manutenção de abrigos de ônibus na capital (Agosto) – Saiba mais [AQUI](#)
- Retomada do pregão para limpeza e tratamento das piscinas nos Centros Esportivos Municipais (Setembro) – Saiba mais [AQUI](#)
- TCMSP autoriza a retomada do pregão para serviços da central de atendimento 156 (Outubro) – Saiba mais [AQUI](#)
- Auditoria avalia estratégias da SME para assegurar aprendizagem durante suspensão das aulas presenciais (Outubro) – Saiba mais [AQUI](#)
- TCMSP julga irregular pontuação obtida por vencedor de certame do Teatro Municipal e determina que Origem resolva “irregularidades” e “conduta indevida” em licitação (Dezembro) – Saiba mais [AQUI](#)

5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, comprometido com o constante fortalecimento de práticas de controle, transparência e eficiência, vem, desde 1997, desenvolvendo programas e estruturas que permitam organizar suas decisões.

Durante o processo de planejamento do plano estratégico 2020-2021, visando às tendências mais modernas de gestão, esta Corte recomendou intervenções para sua materialização.

Alinhados a esta orientação, em 2021, a Comissão de Jurisprudência iniciou e/ou deu continuidade às seguintes intervenções:

- a) Criação da Unidade de Jurisprudência (a ser constituída legalmente com a edição de um ato normativo em construção);
- b) Manual Técnico para elaboração dos Boletins de Jurisprudência (projeto implantado);
- c) Sistema de Jurisprudência (ferramenta tecnológica, em desenvolvimento, visando o tratamento de dados das decisões proferidas pelo Tribunal).

Objetivando a efetivação das metas e a definição de estratégias de atuação, foram estudados os modelos e as boas práticas utilizadas por outros Tribunais de Contas, realizados encontros virtuais com os responsáveis pelos setores de Jurisprudência daquelas Cortes, assim como reuniões com o Grupo de Trabalho constituído por membros deste Tribunal.

Atualmente, a Comissão de Jurisprudência é responsável pela elaboração de todas as ementas referentes às decisões proferidas pelas Câmaras e Pleno, pelo cadastro das decisões no banco de dados, pela consolidação de arquivos (reunindo ementa, acórdão, relatório e voto), pela elaboração dos boletins de jurisprudência, e por tornar todo este material acessível e pesquisável no sítio eletrônico ([clique para acessar](#)).

No quadro a seguir apresentamos os dados consolidados no exercício de 2021.

Quadro 5.1 – Dados consolidados (exercício 201).

Decisões colegiadas proferidas	889
Ementas elaboradas	944
Decisões cadastradas no banco de dados (e-TCM)	1016
Arquivos consolidados contendo a ementa, acórdão, relatório e voto	1028
Enunciados elaborados para os boletins de jurisprudência	52
Total	3929

Fonte: Comissão de Jurisprudência

Por fim, destaque-se o desenvolvimento conjunto, pela equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação, pela Comissão de Jurisprudência e pelo Grupo de Trabalho, do software destinado ao Sistema de Jurisprudência, que possibilitará avanços consideráveis no método de cadastro e recuperação das informações constantes das decisões.

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Apresentamos neste capítulo as formas de comunicação utilizadas pelo TCMSP visando suprir as mais variadas necessidades de informação da sociedade e, também, seu relacionamento institucional com outros órgão ou entidades.

6.1. Ouvidoria

As atividades aqui espelhadas contemplam dados estatísticos e dados referentes à pesquisa de satisfação pelo Sistema Ouvidoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e do Sistema Fala.BR da Controladoria Geral da União (CGU), estando em conformidade com o estabelecido no Acordo de Cooperação nº 16/2019 celebrado entre a CGU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e a Rede Nacional de Ouvidorias.

6.1.1. Das Manifestações

Os prazos para atendimentos das manifestações estão em conformidade com o estabelecido na LAI (Lei de Acesso à Informação), nº 12.527/2011 e com o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, Lei nº 13.460/2017.

6.1.2. Dos Índices de Satisfação

- Índice de satisfação dos usuários com o atendimento da Ouvidoria;
- Índice de satisfação dos usuários na qualidade das respostas obtidas;
- Índice de satisfação com o prazo de resposta da manifestação.

6.1.3. Dos Canais de Recebimento de Manifestações

O atendimento prestado se inicia no recebimento das manifestações através do Portal da Ouvidoria, na página do TCMSP, presencialmente, por e-mail, por telefone ou por meio de carta.

Dos canais de comunicação, 39% das manifestações foram recebidas por e-mail, 60% pelo Link da página e 1% através de correspondência.

6.1.4. Da Classificação das Manifestações Recebidas

São os Pedidos de Informação baseados na LAI, e as demandas próprias de Ouvidoria, que se caracterizam como Denúncia, Reclamação, Solicitação, Consulta, Sugestão, Elogio e o Simplifique.

Quadro 6.1 - Número de Manifestações por tipo;

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDO DE INFORMAÇÃO - LAI	23
DENÚNCIA	63
RECLAMAÇÃO	18
SOLICITAÇÃO	199
CONSULTA	01
SUGESTÃO	02

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

No período em questão, foram analisadas 1909 manifestações, sendo 1603 delas, referentes a outros Órgãos, na sua grande maioria, sobre solicitações de informações ou reclamações sobre o Auxílio Emergencial do Governo Federal, as quais foram em sua totalidade tratadas e encaminhadas ao Ministério da Cidadania ou à Caixa Econômica Federal.

De competência do TCMSP, foram analisadas 306 manifestações, sendo:

- a) dos 23 Pedidos de Informação amparados pela LAI, 16 foram atendidos dentro do prazo estipulado pela Lei e 07 fora do prazo, obtendo assim um percentual de 72,5% de atendimento no prazo, porém todas foram concluídas;

b) das 283 manifestações próprias de Ouvidoria, baseados no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, todas foram atendidas dentro do prazo estipulado pela Lei, obtendo assim um percentual de 100%;

c) das 306 manifestações, 250 foram tratadas através do Sistema Ouvidoria do TCMSP e 56 manifestações pelo Sistema Fala.BR da CGU;

6.1.5. Pesquisa de Satisfação

Do total das manifestações analisadas no período deste relatório, obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 6.2 - Índice de satisfação dos usuários com o atendimento da Ouvidoria;

Satisfação	%
Muito satisfeito	66
Satisfeito	17,5
Pouco satisfeito	16,5

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

Quadro 6.3 - Índice de satisfação dos usuários na qualidade das respostas;

Qualidade	%
Ótimo	58
Bom	14
Regular	14
Ruim	14

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

Quadro 6.4 - Índice de satisfação com o prazo de resposta da Ouvidoria.

Prazo	%
Antes do tempo	58
No tempo	33
Demorou	09

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

6.2. Câmara Municipal de São Paulo

Em 2021, foram autuados 42 processos relativos a representações e denúncias dos Vereadores e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) da Câmara Municipal de São Paulo:

- CPI - Concessionárias de serviço públicos com obras inacabadas no viário urbano

TC 1202/2021	Relatório produzido pela CPI dos Concessionários nº 058/2020 – Investigação de responsabilidade das empresas concessionárias de serviços públicos em obras inacabadas no viário urbano
--------------	--

- Bancada Feminista do PSOL

TC 17741/2021	Acordo que será firmado entre o Município e a União, relativo à indenização pela utilização irregular do Campo de Marte
---------------	---

- Vereador Adilson Amadeu

TC 4773/2021	Contratação, em caráter emergencial, de serviços para estação de higienização pessoal e lavanderia - Projeto “Vidas no Centro”
TC 5055/2021	Execução do contrato do Programa “Vidas no Centro”

- Vereador Antonio Biagio Vespoli

TC 0057/2021	Irregularidades praticadas na execução das obras da UPA Perus
TC 0133/2021	Acúmulo de pedidos de progressão ou concessão de quinquênio e sexta-parte aos servidores da SME (Lei Compl. 173/2020)
TC 1463/2021	Desvio de recursos públicos para o custeio de centros de educação infantil / creches
TC 1500/2021	Contratação de serviços especializados relativos a software para SME
TC 4855/2021	Contratação de serviços de lavanderia com locação de enxoval para as Unidades Educacionais pertencentes à SME
TC 5088/2021	Contratação do gerenciamento e execução de serviços de saúde em Unidades de Saúde-Santo Amaro / Cidade Adhemar
TC 6604/2021	Irregularidades na obra de revitalização do Vale do Anhangabaú
TC 9689/2021	Irregularidades trabalhistas nos contratos administrativos de empresas terceirizadas de alimentação na rede de educação
TC 11094/2021	Contratação de serviços de alimentação e nutrição escolar

TC 12186/2021	Locação de imóvel pela Diretoria Regional de Educação de Santo Amaro
TC 13442/2021	Suspensões de contratos de segurança, resultando em furtos durante o fechamento das escolas na pandemia
TC 13763/2021	Aquisição de equipamentos de projeção para instalação em Escolas da rede municipal
TC 14029/2021	Falta de limpeza nas escolas da rede municipal no retorno das aulas presenciais, tendo em vista as rescisões contratuais das empresas terceirizadas
TC 16544/2021	Descumprimento da Lei do Fomento nº 13.279/2002 - Fomento ao Teatro
TC 16915/2021	Falta de pagamento de funcionários e de alimentos escolares
TC 17795/2021	Irregularidades na execução do contrato de prestação de serviços de impressão para aplicação da "Provinha São Paulo" e "Prova São Paulo"

- Vereador Celso Luís Giannazi

TC 7216/2021	Descumprimento de contrato que visa à entrega de 465 mil tablets aos estudantes da rede pública municipal
TC 9037/2021	Rescisão de convênio do Hospital Beneficência Portuguesa (Penha), encerrando atividade de maternidade
TC 10003/2021	Contratação por dispensa de licitação da SPTuris para a prestação de serviços no evento "Carreata - Acelera para Cristo com Bolsonaro"
TC 10285/2021	Prestação de serviços de suporte logístico na estruturação de operação dos quiosques e área da pista de skate no Vale do Anhangabaú
TC 10326/2021	Prestação de serviço para atender 52 unidades dos Conselhos Tutelares da SMDHC
TC 11405/2021	Redução da frota de ônibus, sem diminuição da demanda de passageiros
TC 13728/2021	Pagamento do Cartão Merenda enquanto perdurar o ensino remoto em decorrência da epidemia de Covid-19
TC 14462/2021	Contratação de empresa para realização de exames médicos periciais nos servidores públicos efetivos e candidatos aprovados em concurso público para cargos da PMSP

TC 14676/2021	Idem ao TC 14462/2021
TC 15944/2021	Suposta irregularidade na votação do PLO 07/2021 na CMSP, na qual vereadores votantes encontravam-se ausentes, em viagem internacional a Dubai, sem comprovação de licença
TC 16106/2021	Irregularidades cometidas pela SME na extinção dos minigrupos estabelecidos pelo PME
TC 16882/2021	Irregularidades no cumprimento do contrato de empresa que fornece alimentação escolar, ocasionando a falta de pagamento de funcionários e atraso de alimentos escolares
TC 17285/2021	Acordo entre o Município e a União em relação à indenização da utilização do Campo de Marte
TC 17501/2021	Problemas ocorridos na Prova São Paulo e Provinha, prejudicando o resultado e a finalidade dessa avaliação
TC 17630/2021	Descumprimento da obrigação de aplicar, no mínimo, 25% da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino

- Vereador Eduardo Suplicy

TC 2283/2021	Contratação de estudos técnicos visando à exploração econômica do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães
TC 5378/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de traslado funerário
TC 5694/2021	Contratação de empresa para locação de 54 veículos, objetivando garantia mínima de dignidade às vítimas de COVID-19 e seus familiares
TC 9715/2021	Escolha de representantes da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
TC 13051/2021	Avaliar se a PMSP vem cumprindo a legislação para divulgação de dados e informações de maneira ampla, correta e tempestiva
TC 5381/2021	Possível violação da efetiva participação social no Programa de Metas 2021-2024 do município de São Paulo

- Vereadores Erika Hilton e Eduardo Suplicy

TC 10197/2021	Audiências públicas virtuais do Programa de Metas 2021-2024 do município de São Paulo
---------------	---

Além disso, durante o exercício foram designados auditores para participar das seguintes audiências públicas, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e reuniões da Câmara Municipal de São Paulo:

- LRF - Metas fiscais último quadrimestre de 2020;
- Programa de Metas 2021-2024;
- Audiência referente ao PL 177/2021 (institui o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 (PPI 2021), altera a legislação tributária municipal e dá outras providências);
- 1ª audiência do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2022;
- LRF - Metas fiscais 1º quadrimestre de 2021;
- 2ª audiência do PLDO 2022;
- Audiência referente ao PL 445/21 (autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar a execução de projetos de investimento no Município de São Paulo);
- LRF - Metas fiscais 2º quadrimestre de 2021;
- 1ª audiência do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2022;
- Plano Plurianual (PPA) 2022-2025;
- 2ª audiência do PLOA 2022;
- CPI da Pirataria;
- CPI da Prevent Senior;
- CPI dos Aplicativos;
- Reunião da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) para apresentar os resultados do Grupo Técnico que analisou o PLO 07/21.

6.3. Outras Entidades

Em 2021, foram autuados os seguintes processos relativos a demandas de entidades externas:

- Ministério Público do Estado de São Paulo

TC 12967/2021 – Inspeção - Verificar ocorrências na execução dos serviços de exames laboratoriais no Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa, bem como as providências adotadas pela SMS acerca das irregularidades denunciadas.

TC 15780/2021 – Inspeção - Apurar supostas irregularidades relativas ao emprego de verba pública pela PMSP nas contratações para a realização do evento religioso denominado “Marcha para Jesus” nos anos de 2020 e 2021.

- Defensoria Pública do Estado de São Paulo

TC 14163/2021 – Representação - Concessão de medida cautelar para suspender o Decreto nº 60422/2021, que abriu crédito suplementar de R\$ 400.000,00 para a GCM, e conseqüentemente, todos os atos e procedimentos de compra de fuzis e carabinas pela Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

Ademais, foram designados auditores para participar das seguintes atividades envolvendo o relacionamento com entidades externas:

- Permanência Escolar na Pandemia

Esse trabalho foi realizado em parceria com o CTE-IRB, Iede e Tribunais de Contas². O estudo procurou verificar a adesão dos estudantes às atividades de ensino propostas, a frequência às aulas, as práticas adotadas pelas redes de ensino para evitar o abandono e a evasão escolar, além de identificar ações que ajudaram a garantir a manutenção do vínculo entre os alunos e as escolas. Ao

² Disponível em:
<https://atrimon.org.br/estudo-revela-a-adesao-dos-estudantes-as-atividades-de-ensino-durante-a-pandemia>.

longo da pesquisa, surgiu a necessidade de avaliar ainda a gestão, sistematização e organização dos dados dos estudantes pelos estabelecimentos de ensino.

- Projeto Integrar

O Projeto Integrar foi lançado em maio de 2018, em decorrência da celebração de acordo de cooperação entre o Tribunal de contas da União (TCU) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo como objetivo a produção de estudos visando o aperfeiçoamento do controle externo de políticas públicas descentralizadas, de modo a induzir a maiores impactos e melhorias na ação governamental.

Como resultado, identificaram-se práticas, modelos e instrumentos utilizados para a construção de estratégia coordenada para aprimorar o planejamento dos Tribunais de Contas brasileiros (TCs) nas etapas de seleção de objetos e de ações de controle, conferindo-se maior ênfase aos principais desafios nacionais de governança multinível e aos riscos que têm afetado os resultados esperados das políticas públicas descentralizadas.

A metodologia para a seleção de objetos e ações de controle em face de políticas públicas descentralizadas que subsidiará o projeto piloto de fiscalização – cuja fase inicial é descrita neste relatório – foi exemplificada a partir de indicadores de resultados da política pública de educação, orientando-se em três instrumentos sequenciais:

1. Análise de modelo lógico, para compreensão da política;
2. Elaboração de painel de indicadores, para mapeamento da criticidade associada aos resultados da política; e
3. Construção de narrativas, para identificação de riscos.

A área da educação foi selecionada como base para a construção participativa dos referenciais e modelos do projeto e, por esse motivo, tem orientado os estudos e as

pesquisas empreendidos para o desenvolvimento dos produtos e do planejamento da fiscalização-piloto (prevista para ocorrer em 2022).

- Instituto Rui Barbosa – Gestão democrática nas escolas

Foi aplicado um questionário para identificar a situação da gestão democrática nas escolas municipais, pois além de contar nas metas 7 e 19 do PNE, a gestão democrática está expressa no art. 206, inciso VI, da Constituição brasileira e no art. 3º da Lei Federal 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

- Auditoria Coordenada com o TCU na área da saúde

Participação na fase de planejamento de Auditoria Coordenada com o Tribunal de Contas da União, que terá por objeto o tema "Eficiência Hospitalar".

6.4. Parcerias Firmadas

6.4.1. Termos de Cooperação Técnica

Em 2021 foram firmados os seguintes termos de cooperação técnica:

- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Celebrado em setembro de 2021, o Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE-MG e o TCM-SP apresenta como objeto a mútua colaboração entre os órgãos nas atividades de Controle Externo, objetivando aprimorar e fortalecer as auditorias realizadas pelos partícipes.

Entre as principais atividades desenvolvidas no período, destaca-se o compartilhamento de modelos de documentações de auditoria de natureza financeira, essencial para a elaboração dos materiais de apoio do novo Manual de Auditoria Financeira que está em desenvolvimento no âmbito do projeto de Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização, e ainda para o desenvolvimento dos módulos de Planejamento e de Execução do projeto Sistema de Auditoria (SISAUD).

- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

Termo de Contrato nº 002/2021.B com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV cujo objeto é a prestação de serviço de tecnologia da informação, que compreende a distribuição de informações de cadastro com tecnologia *Blockchain* e inclui o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral com o prazo de vigência de 12 meses.

6.4.2. Parcerias

Destacamos as seguintes atividades realizadas em parceria com outros órgãos de fiscalização e controle:

- TCU: participação na nova fase do ALICE NACIONAL, com a emissão de alertas de possíveis irregularidades relacionadas à realização de pregões eletrônicos, além da participação na versão do projeto destinada exclusivamente à análise da integralidade de editais;
- TCU: participação no projeto E-PESSOAL, de elaboração e verificação de trilhas de auditoria voltadas para a análise da folha de pagamento de prefeituras e estados;
- CGM: realização de reuniões com os órgãos da Administração Direta da PMSP para melhoria dos editais municipais, com base nos apontamentos realizados pelo ARIEL/RADAR;
- CGM / SGM: Redefinição do sistema de publicações do Município, que substituirá o PUBNET;

- FOCCO-SP – Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo: o TCMSP coordena a ação 5, que visa o compartilhamento da base das bases de dados entre os órgãos de fiscalização e controle, participa das ações 4 (voltada para atividades de inteligência), 7 (destinada a dar transparência aos gastos com saúde) e 8 (destinada à criação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção);
- ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro: O TCMSP participa da ação 7, que acompanha e avalia a efetiva sistematização, padronização e disponibilização dos metadados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.4.3. Convênios

Ao longo de 2021, foram realizadas as seguintes atividades relacionadas à celebração de acordos com órgãos de fiscalização e controle ou deles decorrentes:

- início do acesso ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como resultado do acordo firmado com esse órgão em 2020;
- conclusão das tratativas com a Controladoria Geral da União, com vistas à celebração de um acordo de cooperação técnica com essa entidade;
- celebração de novo acordo de cooperação com a Controladoria Geral do Município de São Paulo, com o objetivo de intercambiar relatórios de fiscalização dos dois órgãos.

6.5. Sociedade

Ao longo de 2021, o TCMSP manteve sua interlocução com a sociedade mediante a coordenação de vários grupos de trabalho que promovem ações relacionadas à regionalização do orçamento e à maior transparência das despesas relacionadas às funções, urbanismo, saúde e educação. Fazem parte de tais grupos de trabalho

entidades como a Secretaria Municipal da Fazenda, Fundação Tide Setúbal, Universidade Federal do ABC, dentre outras.

Além disso, o TCM prossegue em seu objetivo de fornecer informações sobre a execução orçamentária do Município de São Paulo, mediante o desenvolvimento e aprimoramento do Portal IRIS, cujo objetivo é a divulgação para a população de Informações de Relevante Interesse Social, relacionadas às receitas e despesas do Município. Neste momento o IRIS passa por profunda reformulação.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

7.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira abrange a entidades Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), evidenciados de forma consolidada.

7.1.1. Receitas

O TCMSP não arrecada receitas, recebendo, mensalmente, os duodécimos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De outro lado, consoante dispõe o Art. 3º da Lei Municipal n.º 15.025/2009, o FEDTCMSP possui receitas próprias. Durante o exercício financeiro de 2021, o Fundo arrecadou R\$ 1.208.389,99, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 7.1 – Receitas Orçamentárias Consolidadas

Rubricas		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	%
1. Receitas Correntes		2.240.700,00	1.208.389,99	54%
	1.1 Receitas Patrimoniais	1.760.740,00	938.388,80	53%
	Permissões de Uso	741.700,00	749.545,56	101%
	Fundos de Investimentos e Aplicações	838.666,00	145.020,82	17%
	Rendimentos de Aplicações em CDB	180.374,00	43.822,42	24%
	1.2 Receitas de Serviços	471.260,00	252.949,68	54%
	Serviços de Fotocópias	15.700,00	666,04	4%
	Taxas Remuneratórias - Consignações	453.060,00	227.397,57	50%
	Outros Serviços Administrativos	2.500,00	24.886,07	995%
	1.4 Outras Receitas Correntes	8.700,00	17.051,51	196%
	Multas e Juros - Contratos	2.100,00	4.614,51	220%
	Outras Restituições	4.500,00	12.437,00	276%
	Demais Receitas Correntes	2.100,00	0,00	0%
2. Receitas de Capital		3.300,00	0,00	0%
	2.1 Alienação de Bens	3.300,00	0,00	0%
	Alienação de Bens e Materiais	3.300,00	0,00	0%
3. Receita Total		2.244.000,00	1.208.389,99	54%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.2. Despesas

As despesas executadas corresponderam a 94% (R\$ 267.665.801) do total da dotação (R\$ 284.983.000,00), no exercício financeiro de 2021, com destaque para as despesas com

pessoal, devido ao uso intensivo da força de trabalho para o cumprimento da missão desta E. Corte de Contas.

Quadro 7.2 – Despesas Orçamentárias Consolidadas

Grupos de Despesas	Orçamento Atualizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal	229.299.000,00	220.002.356	96%
Consumo	878.000,00	499.001	57%
Serviços	17.614.700,00	13.723.842	78%
Imobilização	16.568.500,00	14.750.430	89%
Outras	20.622.800,00	18.690.173	91%
Total	284.983.000,00	267.665.801	94%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.3. Transferências de Créditos Orçamentários à PMSP

Durante o exercício financeiro de 2021, o TCMSP disponibilizou R\$ 10 milhões em créditos orçamentários à Prefeitura Municipal de São Paulo.

Os recursos oferecidos foram utilizados, por meio do Decreto nº 60.954, de 27 de dezembro de 2021, para atendimento a demandas da Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao mês de Dezembro/2021, conforme necessidades apresentadas no processo 6018.2021/0097006-4.

Quadro 7.3 – Transferências de Créditos Orçamentários

Tipo de Crédito	Valores (R\$)
Dotação Inicial	294.983.000,00
(-) Transferência à PMSP/SMS	10.000.000,00
Dotação Atualizada	284.983.000,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.4. Economia Orçamentária

A economia orçamentária é apurada pelo confronto entre as colunas das despesas empenhadas e da dotação atualizada.

Em relação à execução da despesa, em 31/12/2021 o resultado consolidado do TCMSP evidenciou uma economia orçamentária no valor de R\$ 17.317.198 uma vez que foram empenhadas 94% (R\$ 267.665.801) do total da dotação (R\$ 284.983.000,00).

7.1.5. Participação orçamentária do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

As despesas do TCMSP compõe o orçamento do Poder Legislativo. Durante o orçamento de 2021, a participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município de São Paulo totalizou 0,4%.

Quadro 7.4 – Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

Exercício	Dotação inicial do município (R\$)	Dotação inicial consolidada do TCMSP (R\$)	%
2021	67.962.707.820	294.983.000	0,4%

Fonte: Lei Municipal n.º 17.544/2020 (LOA 2021)

7.2. Gestão de Pessoas

A área de gestão de pessoas do TCMSP é dirigida pela Gestão das Relações do Trabalho – GRT, fundamentada pela Lei nº 14.706 de 28 de fevereiro de 2008, a qual fica acrescida ao art. 6º da Lei 13.877 de 23 de julho de 2004, no inciso V- Gestão das Relações do Trabalho, art. 14, assim como pela Ordem Interna SG/GAB nº 08/2018.

O organograma que representa à GRT no TCMSP:



Os principais processos de trabalho da GRT atualmente são:

- Diagnóstico organizacional por meio da pesquisa do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento – LND;
- Desenvolvimento pessoal e profissional de servidores e gestores (consultorias/mentorias/monitoramento de cargos de gestão/atendimentos em geral),
- Capacitações técnicas e comportamentais (cursos abertos);
- Trilhas de Capacitação – organização e desenvolvimento de Trilhas técnicas e comportamentais;
- Processo seletivo interno (Novos servidores e gestores) e movimentação interna de pessoal (realocação de servidores);
- Banco de talentos;
- Teletrabalho (definição e acompanhamento de perfil junto aos gestores);
- Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior.

Neste relatório serão apresentados a seguir os principais resultados referentes ao ano de 2021, acompanhados de um comparativo dos últimos cinco anos, alcançados tanto pela GRT, quanto por meio de parcerias estabelecidas com áreas que possuem interface de atuação, tais como a EGC.

Os dados apresentados foram extraídos dos relatórios do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento – LND e dos Indicadores da Qualidade referentes ao ano de 2021, conforme segue.

7.2.1. Resumo Geral de Investimentos em Capacitações – 2021

Quadro 7.5 - Carga Horária e Investimento em capacitação - anos 2017 a 2021

ANO	2017	2018	2019	2020	2021
Total H/Trein/ano	11.714	14.159	11.680	8.309	17.838
Invest. - R\$	30.244,00	249.134,90	136.103,85	25.453,64	R\$ 187.314,69

Fonte: Tabulação da Pesquisa LND anos anteriores e LND/22

7.2.2. Indicadores de Capacitação com Base na Meta Anual de 2021

Quadro 7.6 – Indicadores de horas, participações, temas e investimento

Indicadores de Treinamento		Resultado Acumulado		Meta Anual (Previsão)
Cursos: Carga Horária LND/EP	Extraplano	6.182 horas/ano		Total: 10.655 horas/ano
	LND	11.656 horas/ano		
	Total	17.838 horas/ano		
	Eventos Externos s/ custo	390	5.643	
	Eventos Externos c/ custo	60		
	Eventos Internos s/ custo	0		
	Online s/ custo	3.959		
	Online c/ Custo	1.234	12.195	
	Escola de Contas: s/ custo	9.527		
	Escola de Contas: In Company c/ custo	2.668		
	Total	17.838 horas/ano		
Quantidade de Participações em cursos	Eventos Externos	4		261
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	0		
	On line	257		
	Escola de Contas - In company	188		2926
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	2.738		
	Total	3.187 (Participações)		
Quantidade de Temas	Eventos Externos	2		156
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	0		
	On line	154		
	Escola de Contas - In company	2		138
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	136		
	Total	294 (Temas)		
Investimentos	GRT	R\$ 51.474,69		
	Escola de Contas	R\$ 135.840,00		
Cursos/ Investimentos (R\$)	Total	R\$ 187.314,69		

Fonte: Indicadores da Qualidade - Ano 2021 e Sharepoint GRT – Ano 2021

7.2.3. Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2020/2021

Quadro 7.6 - Indicador Quantitativo Comparativo dos resultados do LND/21 e LND/20

INDICADORES	ANO 2021	ANO 2020
Carga Horária LND/GIEP	11.656	3.075
Eventos atendidos relacionados ao LND	299	93

Fonte: Indicadores da Qualidade - Ano 2020 e Ano 2021

LND/GIEP³:

Em 2021 – a CH relacionadas à tema do LND foi 74% superior ao ano de 2020

Em 2021 – os eventos relacionados ao LND foi 69% superior comparado a 2020.

7.2.4. Indicadores de Capacitação Áreas Certificadas ISO/9001 (SFC/ETQC/GRT-URH) - Ano 2021

Quadro 7.7 – Indicadores das áreas certificadas

Indicadores	Resultado Acumulado	Meta 2021
Carga horária/ano	10.394	6.145
Investimento específico das áreas certificadas (R\$)	R\$ 22.854,08	
Nº de participantes atendidos	1828	
Quantidade de Cursos/Eventos em geral - relativos às áreas certificadas	214	
Quantidade de Eventos correspondentes ao LND/2020 relativos às áreas certificadas	161	

Fonte: Indicadores da Qualidade Ano 2021

A carga horária - CH relacionada aos eventos que tiveram a participação dos servidores das áreas do SGQ corresponde a 58% do total da CH geral do ano de 2021, enquanto 42% da carga horária geral correspondem às demais áreas do TCMSP.

Em 2021, o valor investido relacionado à dotação orçamentária da GRT, para a realização dos cursos das áreas certificadas foi de R\$ 22.854,08, que corresponde a 44% em relação ao valor total investido de R\$ 51.474,69 para todo o Tribunal.

³ LND/GIEP – Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento/Gratificação de Incentivo à Especialização e Produtividade

7.2.5. Contribuição dos Cursos Realizados no Ano - 2021

A seguir apresenta-se o grau de contribuição que os cursos realizados no ano de 2021 trouxeram para os servidores do TCMSP:

Quadro 7.8 – Avaliação da Contribuição dos cursos realizados em 2021

RESUMO DE CONTRIBUIÇÃO DE CURSOS REALIZADOS						
ANO	Total de avaliações	Tabela de Critérios (Classificação/Contribuição)				
		Não trouxe contribuição	Melhorou atividade específica	Otimizou processos de trabalho	Adquiriu conhecimento pessoal	Outros
2021	2.334	56	1307	533	381	57
		2,40%	56,00%	22,84%	16,32%	2,44%

Fonte: Tabulação da Pesquisa LND anos anteriores e LND/21 e LND/22

7.2.6. Trilhas de Capacitação em TI

Quadro 7.9 – Trilhas de Capacitação em TI – Visualizações X Participações cursos síncronos assíncronos

CURSO	Visualizações Trilha TI	Síncrono – Ao vivo
ÁBACO	51	23
Catálogo da Biblioteca	18	45
Corporativo e Panorama	61	34
Diálogo	62	32
ETCM- Avançado	47	71
ETCM- Básico	179	63
RADAR	47	34
TEAMS	72	40
Total	537	342

Fonte: Dados da Trilha de Capacitação em TI e EGC

Ocorreram 36% a mais de visualizações nas Trilhas dos temas do sistema interno de TI, em relação à participação nos cursos síncronos.

7.2.7. Ecos do Comportamento

É um programa da GRT em parceria com a EGC, que tem como objetivo trazer temas importantes para o autoconhecimento e desenvolvimento das competências comportamentais e socioemocionais (soft skills) dos gestores e dos servidores

colaboradores do TCMSP e da sociedade em geral, por meio de entrevistas com profissionais renomados da área de Gestão de Pessoas.

Total de participações de servidores do TCMSP nos eventos ao vivo do programa “Ecos do Comportamento” que receberam certificado da EGC: 359 servidores.

Total de visualizações até 20/02/22, referentes aos eventos Ecos do Comportamento no ano de 2021: 3.741 visualizações.

A tabulação do resultado das webinars foi realizada por meio das Avaliações de Reação que a EGC aplicou aos participantes do evento Ecos do comportamento, conforme segue:

Quadro 7.10 – Avaliação de Reação das webinars Ecos do Comportamento

Crítérios da Avaliação	Conceitos	% de respostas
Qualidade da Transmissão	Ótimo/Bom	96%
Organização do evento	Ótimo/Bom	100%
Debates via chat	Ótimo/Bom	96%
Perguntas aos palestrantes	Ótimo/Bom	98%
Tema apresentado	Ótimo/Bom	98%

Fonte: Tabulação da Pesquisa LND/22

7.3. Subsecretaria Administrativa (SA)

A Subsecretaria Administrativa tem por fim gerenciar as atividades e os recursos administrativos de apoio ao funcionamento do Tribunal, competindo-lhe, sob o aspecto processual, a instrução dos feitos que envolvam matéria administrativa de cunho interno. (art. 37 - Res. nº 3/02).



7.3.1. Coordenadoria de Recursos Humanos

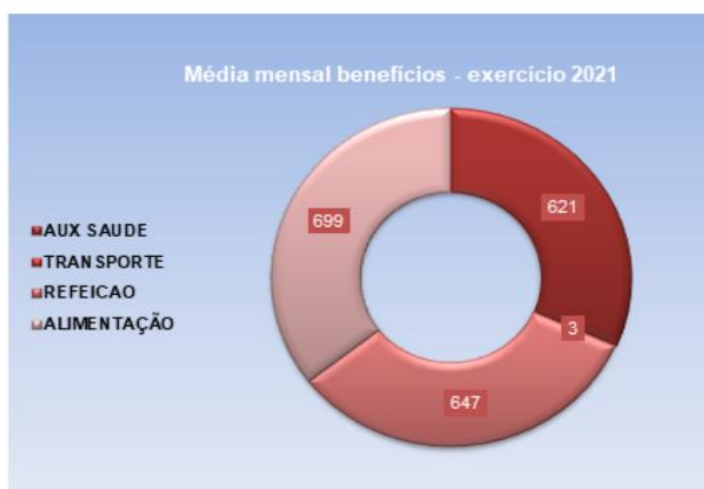
7.3.1.1. Atividades desenvolvidas

Registro da vida funcional dos servidores, assegurando a concessão de benefícios de acordo com a legislação pertinente e garantindo o pagamento de sua remuneração com precisão e no prazo estabelecido.

- acompanhamento: leis, decretos, portarias, despachos, licenças médicas, cursos, palestras, publicações diárias no Diário Oficial da Cidade de São Paulo;
- cadastramento: todos os dados dos documentos, declarações e termos entregues/preenchidos na posse para criação ficha funcional e inclusão em folha de pagamento;
- ordens de lotação;
- ficha limpa, súmula vinculante;
- controles e registros de frequência através SIGPEC, plantão emergencial, banco de horas, compensação de horas em razão da suspensão do expediente de trabalho, saída/entrada autorizada, descontos, ocorrências, faltas, abonos de faltas, doação de sangue, TRE, licenças médicas;
- estágio probatório;
- direitos e vantagens de ordem pecuniária: vencimentos, 13º salário, 13º salário às servidoras gestantes, convocação para prestação de serviço especial em regime de horas suplementares, insalubridade/periculosidade/penosidade, função gratificada (substituição/designação), adicionais por tempo de serviço, sexta-parte dos vencimentos;
- evolução Funcional;
- gratificação de incentivo à especialização e produtividade-GIEP; benefícios: Auxílio-alimentação, Auxílio-saúde, Auxílio-refeição e Auxílio-transporte;
- abono de permanência; declarações e certidões – em geral;

- auxílio-doença;
- auxílio-funeral; direitos e vantagens de ordem geral: férias, dispensa médica, licenças médicas, licença gestante-solicitação após parto e antes do parto, licença maternidade especial, licença parental de curta duração, licença parental de longa duração, licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, licença para cumprir serviços obrigatórios por lei, licença para tratar de interesses particulares – LIP, licença gala, licença nojo;
- acidente de trabalho e doença profissional;
- horário especial de estudante;
- redução de jornada de trabalho da servidora para amamentar;
- averbação de tempo de serviço;
- averbação de férias; recadastramento ativos;
- declaração de família web;
- deveres e ação disciplinar: penalidades, repreensão, suspensão, exoneração; desligamento: exoneração a pedido, óbito servidor ativo e descomissionamento;
- aposentadorias / recadastramentos inativos / declaração de família;
- emissão, conferência e assinatura: folha financeira mensal, 13º, (ativos e inativos); cartas margens para empréstimo consignado e posterior envio aos bancos, declarações e certidões e ofícios, processos, expedientes, memorandos, relatórios, ofícios, publicações, cálculos, contratos e demais documentos afins; portarias e laudas para publicação, liberação para reembolso auxílio saúde, atestados de frequência, carteiras funcionais e crachás de identificação;
- contatos/atendimento e orientações: internos (servidores/gestores) e externos (ex-servidores, aposentados, familiares de servidores, órgãos públicos, empresas, bancos, etc...);
- digitalização de pareceres, legislações e documentos, processos;

- contratos: Coroa de Flores, Prodam, Ticket, Caixa Economica Federal, Banco do Brasil, Serviço Funerário, Iprem, Camptécnica;
- organização e atualização dos documentos internos da Coordenadoria e confecção de requerimentos;
- reuniões internas: Superior Administração, Subsecretaria Administrativa, Comissões Teletrabalho, Concurso, Paritária, e demais convocações;
- publicações – confecção de lauda, conferência, envio para autorização chefe de gabinete/Subsecretário Administrativo, envio pubnet;
- vídeo conferência com a equipe – contado diário com a equipe;
- senhas – quando solicitado via e-mail senha para acesso SIGPEC;
- folha de pagamento – processamento (ativos e inativos), ficha financeira,
- IPREM, pagamentos suplementares;
- IPREM - conferência/conciliação base de dados para envio mensal ao instituto;
- Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (SEFIP) / Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP) – conferências/ simulação de fechamento/envio, DIRF;
- implantação de módulos de sistemas SIGPEC – férias;
- atualização mensal do portal da transparência.



7.3.2. Coordenaria Administrativa

7.3.2.1. Atividades Desenvolvidas

Coordenar e fornecer apoio técnico e administrativo à Subsecretaria Administrativa.

7.3.3. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

7.3.3.1. Atividades Desenvolvidas

Registro dos atos e fatos de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial ocorridos no âmbito do TCMSP, evidenciados por meio dos demonstrativos contábeis e de gestão fiscal, em observância aos Princípios de Contabilidade, à legislação de Direito Financeiro e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

7.4. Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Os bens objeto de controle são divididos em bens móveis, imóveis e intangíveis. A posição contábil em 31/12/2021, líquida da depreciação e amortização, é a evidenciada no quadro abaixo:

Quadro 7.11 – Bens móveis, imóveis e intangíveis

Bens	Valor (R\$)
Bens Móveis	8.361.377,73
Bens Imóveis	456.237.500,68
Intangíveis	21.079.217,64
Totais	485.678.096,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação é responsável pela gestão tecnológica, com desenvolvimento de sistemas utilizando as melhores ferramentas de mercado e adquirindo os equipamentos com as tecnologias mais modernas.

8.1. Redes

A Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados concentrou esforços para dar sustentação ao ambiente tecnológico e aquisição de novos equipamentos e tecnologias que para garantir total acesso, com segurança, ao ambiente deste tribunal.

No referido exercício a UTRBD destaca as seguintes atividades:

- Verificação diária, de forma remota, dos equipamentos do Datacenter-Servidores de acesso, Links de telefonia, nobreaks, gerador, servidores de banco de dados, ar condicionado e demais equipamentos;
- Atendimento dos chamados apoiando a Unidade Técnica de Suporte ao usuário;
- Criação do evento “sessão plenária por videoconferência”;
- Instalação da solução Application Performance Management – APM;
- Instalação da solução Antispam;
- Acompanhamento do projeto para instalação do novo ar condicionado de precisão do Datacenter;
- Instalação da ferramenta de BI (Qlik Sense);
- Aquisição de solução de Hiperconvergência.

8.2. Suporte

A Unidade Técnica de Suporte ao usuário prestou atendimento aos usuários do Tribunal, solucionando problemas relativos ao acesso ao ambiente corporativo muitas vezes causados pelo equipamento do próprio servidor.

As principais atividades desempenhadas no exercício 2021 foram:

- Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários;
- Acesso via VDI, VPN, Sistema E-TCM e certificado digital; Sistema de vídeo Conferência Teams , Zoom e Google Meeeting;
- Sistemas Corporativos: ETCM, Groupwise (e-mail), Telefonia I.P., Aperfeiçoamento Contínuo, Átomo-Radar (Panorama, Sigma, Ábaco), SOF, Prodam, Controle Médico, TCM-RH;
- Atendimentos de suporte;
- Suporte técnico e infraestrutura para sessões plenárias;
- Alterações de layouts com implantação de cabeamento estruturado e conexões de rede;
- Suporte ao teletrabalho;
- Suporte ao trabalho presencial;
- Sincronização de ocorrências com a UTARBD, UTDS e Suporte e-TCM.

8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

A Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas concentrou esforços na evolução e melhoria contínua de seus sistemas, em especial funcionalidades favoráveis para o ganho de resultado e eficiência em curto e médio prazo.

8.3.1. Relatórios Publicados

Durante o exercício a UTDS viabilizou a publicação de 480 (quatrocentos e oitenta) documentos relacionados à Resolução 05/2016, que dispõe sobre o acesso às informações dos processos em tramitação.

8.3.2. Capacidade de desenvolvimento de software

Em 2021 foi possível ampliar a capacidade de desenvolvimento do Tribunal com a Contratação de uma fábrica de software através de Ata de Registro de Preço. Esta contratação possibilitou o início do desenvolvimento do Sistema de Auditoria do TCM-SP, conhecido como SISAUD. O primeiro módulo DUA – Diagnóstico do Universo Auditável foi entregue ainda em 2021.

Além do Desenvolvimento do Sistema de Auditoria, foi possível iniciar os levantamentos de Requisitos para o Desenvolvimento do Portal do Jurisdicionado do Tribunal de Contas.

8.3.3. Principais projetos

8.3.3.1. Processo Eletrônico - ETCM

Sistema de Processo Eletrônico ETCM que recebeu inúmeras funcionalidades, assim como melhorias e evoluções tecnológicas. O ETCM recebeu novas funcionalidades relacionadas à LGPD e ao Sigilo das informações.

8.3.3.2. Átomo

O Átomo é composto de diversos Sistemas que foram evoluídos funcionalmente, como o Panorama, Ábaco e o Radar. O Tribunal passou a realizar a integração com a base de dados da Receita Federal para obtenção de informações dos contribuintes.

8.3.3.3. Prefeitura de São Paulo – SEI e SIGPEC

A integração entre o SEI e SIGPEC e os Sistemas do Tribunal possibilitou a obtenção pelo Tribunal de Informações que estão nos sistemas da Prefeitura de forma automatizada.

9. CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada ao Gabinete da Presidência, atua como Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Atricon nº 04/14, e é responsável pela coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno.

9.1. Execução de Atividades por Tema

9.1.1. Análise do Fluxo Processual

- Verificação da efetividade do fluxo dos processos de controle externo e inserção de oportunidades de sua melhoria, por meio de projetos e monitoramento, no âmbito do Planejamento Estratégico.
- Auxílio ao grupo de estudos na formulação da Resolução nº 19/2021, que dispôs sobre a redução do número de processos e otimização da tramitação dos feitos pelo TCM.

9.1.2. Monitoramento da Fruição de Férias

- Verificação da observância das Ordens Internas que disciplinam a fruição de férias e comunicação para as chefias imediatas promoverem, junto aos seus servidores, a regularização das pendências observadas.

9.1.3. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- Verificação das Demonstrações Orçamentárias e Financeiras de 2020, com ciência das observações às Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno responsáveis.
- Monitoramento da execução orçamentária e financeira de 2021.
- Verificação e assinatura dos demonstrativos trimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

9.1.4. Análise do Portal do Tribunal de Contas na Internet

- Identificação de deficiências e oportunidades de melhoria do Portal do Tribunal de Contas na Internet, com exame comparativo dos portais de outros Tribunais de Contas, e da observância à Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) e normas internas sobre divulgação de informações.

10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS

10.1. Cursos De Extensão

Algumas ações foram primordiais em 2021 como:

- Ampliação das temáticas abordadas garantindo temas voltados ao interesse geral dos agentes públicos em diversas esferas, como também à abertura das mesmas temáticas à sociedade em geral;
- Cargas horárias diversificadas e distribuídas de maneira a atingir o maior número de participantes;
- Diversidade na disponibilidade de horários oferecidos (manhã, tarde e noite);
- Ampliação do número de vagas oferecidas;
- Criação de critérios de preenchimento das vagas remanescentes a fim de minimizar o índice de evasão e desistências;
- Flexibilização da inclusão dos(as) participantes nas turmas. Os procedimentos administrativos eram rígidos quanto às inclusões de novas inscrições. Atualmente mantemos as inscrições abertas até o preenchimento das vagas disponíveis mesmo o curso tendo iniciado;
- Criação de novos cursos com temáticas voltadas ao controle social e continuidade às temáticas voltadas ao controle externo com atualização de conteúdos programáticos;
- Atendimento às demandas intrínsecas à natureza do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

No ano de 2021 houve 5.758 inscrições para os cursos de extensão.

10.2. Pós Graduação

Para o processo seletivo de 2021 foram abertas 105 vagas para alunos nos seguintes cursos de pós-graduação: Especialização em Direito Público Municipal (35 vagas), Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas (35 vagas) e Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado (35 vagas).

No ano de 2021 a Escola de Gestão e Contas do TCMSP teve 197 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação. A tabela 10.1 mostra o número de alunos matriculados por curso no ano. Ao final de 2021, 45 trabalhos de conclusão de curso encontravam-se em processo de desenvolvimento com a orientação de professores da Escola, dos quais três já estão defendidos.

Quadro 10.1 – Número de alunos de pós-graduação matriculados em 2021

Curso	Alunos Matriculados
Especialização em Direito Público Municipal	84
Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas	15
Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	63
Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado	35
Total de alunos matriculados	197

10.3. Palestras e Eventos

A Coordenadoria Técnica III é responsável: (a) pelo desenvolvimento e pela execução de palestras, eventos e seminários; e (b) pelo levantamento, pela recepção de demanda e pela instrução e desenvolvimento de cursos *in company*, voltados aos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Quadro 10.2 – Eventos, Palestras e Seminários (2021)

Eventos, palestras e seminários (2021)		
Total de eventos	Número de Inscritos	Número de Visualizações no You Tube
86 Eventos	10.459 inscritos	55,9 mil visualizações

Quadro 10.3 – Cursos *in company* (2021)

Cursos <i>in Company</i> 2021	
TC 4865/2021	Curso e Treinamento: “Trilhas da Aprendizagem”
TC 10295/2021	Curso: “Responsabilização pelos Tribunais de Contas”

10.4. Observatório de Políticas Públicas

Após um ano de funcionamento, o Observatório não se concentrou exclusivamente na formulação de indicadores, os GTs atuaram como grupos de estudos e ensino e colaboraram com a oferta formativa da Escola de Gestão e Contas, bem como subsidiam auditorias operacionais e transversais da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, em consonância com a NBASP 9020, envolvendo os pesquisadores das instituições parceiras: IEA-USP, UFABC, FGV, UNINOVE e Fundação Tide Setubal.

Quadro 10.4. Destaques do Observatório em 2021

Painel de indicadores de Educação, Saúde e Urbanismo;
2 contribuições incorporadas por SFC;
Projeto FAPESP UNINOVE-Observatório;
4 Artigos do Observatório na Revista Simetria (7ª, 8ª.Ed.);
4 Cursos de Extensão "Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas"; "Saúde da Mulher e Políticas Públicas"; "Plano Diretor: entenda e participe"; "Cidades e Comunidades Sustentáveis, Inteligentes e Resilientes";
Disciplina de pós-graduação "Controle Social de Obras Públicas;
4 Eventos: "A revisão do Plano Diretor, o desafio do financiamento e da participação popular"; "Smart Cities e seus Indicadores"; "URBANSUS Desafios metodológicos e de modelagem de índices e indicadores"; "O Impacto da Pandemia da COVID-19 na Saúde Pública em SP";
5 Pesquisas afiliadas: Daniela Rodrigues (Pós EGC); Johnny Takehara (MSc UFABC); Homero Garavello e Samara Fontelles (MBA FGV); Harimi Takiya (Posdoc POLI-USP); Rosane Keppke (Posdoc IEA-USP)

10.5. Revista Simetria

Ao final de 2020, a operacionalização da Revista Simetria foi transferida para a Escola Superior de Gestão e Contas. A partir daí deram-se passos fundamentais rumo à indexação como periódico científico, mantendo o diferencial técnico e as especificidades que singularizam as revistas dos Tribunais de Contas, ao mesmo tempo em que introduziu importantes inovações.

Quadro 10.5 – Destaques da Revista Simetria em 2021

Incremento e fortalecimento dos artigos científicos;
Introdução de dossiês temáticos com pautas de atualidade;
Chamada pública e permanente de artigos;
Revisão duplo cego;
Artigos em inglês, com vistas a potencializar o impacto internacional;
Indexação: adesão ao sistema <i>Open Journal System</i> ;
Convocação do Conselho Editorial para promover sua ampliação, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade e notoriedade acadêmica para obter boa classificação QUALIS no futuro;
3 edições publicadas em três semestres;
40 artigos recebidos por chamada pública;
64% de queda na endogenia.

ANEXO I - TCMSP EM NÚMEROS (2021)

	TOTAL
Processos de Fiscalização Autuados	567
Auditorias	105
Acompanhamentos	119
Representações	228
Análises	51
Inspeções	41
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	23
Processos de Fiscalização Julgados	802
Auditorias	56
Acompanhamentos	171
Representações	178
Análises	232
Inspeções	61
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	104
Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo (em R\$)	7.863.554.524
Benefício Efetivo (Durante a ação de controle)	242.976.524
Proposta de Benefício Potencial	7.620.578.000
Sanções Impostas (em R\$)	15.562
Fiscalizações Concluídas	643
Auditorias	109
Relatórios Anuais de Fiscalização	22
Acompanhamentos	122
Representações	191
Análises	155
Inspeções	44
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	0
Atos de Pessoal Apreciados	4.439
Peças Processuais Publicadas (atendimento à Resolução 05/2016)	480
Mesas Técnicas Realizadas	26

Observação: O montante apurado na linha dos Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo é preliminar, pois contempla apenas as principais fiscalizações realizadas pelas Coordenadorias da SFC.

ANEXO II - ÓRGÃOS JURISICIONADOS TCMSP (2021)

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	SP Regula	Autarquia	EDUARDO TUMA
Agência São Paulo de Desenvolvimento	ADESAMPA	Fundação Privada	DOMINGOS DISSEI
Autarquia Hospitalar Municipal	AHM	Autarquia	EDUARDO TUMA
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Autarquia	ROBERTO BRAGUIM
Câmara Municipal de São Paulo	CMSP	Legislativo	DOMINGOS DISSEI
Casa Civil	CCivil	Secretaria Especial	MAURÍCIO FARIA
Companhia de Engenharia de Tráfego	CET	Soc. de Economia Mista	DOMINGOS DISSEI
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHABSP	Soc. de Economia Mista	DOMINGOS DISSEI
Companhia Paulistana de Securitização	SPSEC	Soc. de Economia Mista	EDUARDO TUMA
Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Soc. de Economia Mista	EDUARDO TUMA
Controladoria Geral do Município	CGM	Executivo	ROBERTO BRAGUIM
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.	SPCINE	Soc. de Economia Mista	EDUARDO TUMA
Empresa Tecnologia Inform. Comun. do Mun.S.Paulo -PRODAM-SP S/A	PRODAMSP	Soc. de Economia Mista	MAURÍCIO FARIA
Encargos Gerais do Município	EGM	Executivo	ROBERTO BRAGUIM
Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo	FMTSP	Fundação Privada	MAURÍCIO FARIA
Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Fundação Pública	DOMINGOS DISSEI
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Fundação Pública	EDUARDO TUMA
Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz	FUNPATRI	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	FUNCAP	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	FECAM	Fundo	DOMINGOS DISSEI

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	FETCMSP	Fundo	MAURÍCIO FARIA
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	FEPAC	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal da Saúde	FMS	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS	Fundo	ROBERTO BRAGUIM
Fundo Municipal de Cultura	FMC	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	FMDC	Fundo	ROBERTO BRAGUIM
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FMD	Fundo	EDUARDO TUMA
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal de Habitação	FMH	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP	Fundo	MAURÍCIO FARIA
Fundo Municipal de Inclusão Digital	FUMID	Fundo	MAURÍCIO FARIA
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	FMLU	Fundo	ROBERTO BRAGUIM
Fundo Municipal de Parques	FMP	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal de Turismo	FUTUR	Fundo	DOMINGOS DISSEI
Fundo Municipal do Idoso	FMI	Fundo	ROBERTO BRAGUIM
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD	Fundo	ROBERTO BRAGUIM
Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Autarquia	EDUARDO TUMA
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	Autarquia	EDUARDO TUMA
Prefeitura do Município de São Paulo	PMSP	Executivo	ROBERTO BRAGUIM
Procuradoria Geral do Município	PGM	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
São Paulo Investimentos e Negócios	SPIN	Soc. de Economia Mista	EDUARDO TUMA
São Paulo Obras	SPObras	Empresa Pública	EDUARDO TUMA
São Paulo Parcerias S.A	SP Parcerias	Soc. de Economia Mista	EDUARDO TUMA
São Paulo Transporte S/A	SPTTrans	Soc. de Economia Mista	DOMINGOS DISSEI
São Paulo Turismo	SPTuris	Soc. de Economia Mista	MAURÍCIO FARIA
São Paulo Urbanismo	SPUrbanismo	Empresa Pública	DOMINGOS DISSEI
Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretaria Municipal	MAURÍCIO FARIA
Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretaria Municipal	EDUARDO TUMA
Secretaria Municipal das Subprefeituras	SMSUB	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal de Cultura	SMC	Secretaria Municipal	EDUARDO TUMA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo	SMDDET	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretaria Municipal	MAURÍCIO FARIA
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretaria Municipal de Gestão	SG	Secretaria Municipal	MAURÍCIO FARIA
Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	SIURB	Secretaria Municipal	EDUARDO TUMA
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretaria Municipal	MAURÍCIO FARIA
Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	SMT	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	Secretaria Municipal	DOMINGOS DISSEI
Secretário Especial de Comunicação	SECOM	Secretaria Especial	ROBERTO BRAGUIM
Secretário Especial de Relações Sociais	SERS	Secretaria Especial	MAURÍCIO FARIA
Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	Autarquia	EDUARDO TUMA
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	SUB-AF	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Butantã	SUB-BT	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Campo Limpo	SUB-CL	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Capela do Socorro	SUB-CS	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	SUB-CV	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Cidade Ademar	SUB-AD	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Cidade Tiradentes	SUB-CT	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	SUB-EM	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	SUB-FB	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Guaianases	SUB-G	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Ipiranga	SUB-IP	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Itaim Paulista	SUB-IT	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Itaquera	SUB-IQ	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Jabaquara	SUB-JA	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	SUB-JT	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Lapa	SUB-LA	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM

Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Subprefeitura M'Boi Mirim	SUB-MB	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Mooca	SUB-MO	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Parelheiros	SUB-PA	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Penha	SUB-PE	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Perus/Anhanguera	SUB-PR	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Pinheiros	SUB-PI	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	SUB-PJ	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	SUB-ST	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Santo Amaro	SUB-SA	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura São Mateus	SUB-SM	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura São Miguel Paulista	SUB-MP	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Sapopemba	SUB-SB	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Sé	SUB-SE	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	SUB-MG	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Vila Mariana	SUB-VM	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Subprefeitura Vila Prudente	SUB-VP	Secretaria Municipal	ROBERTO BRAGUIM
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	TCMSP	Legislativo	MAURÍCIO FARIA

ANEXO III - DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS FISCALIZAÇÕES (2021)

1. TCMSP questiona Secretaria Municipal de Educação sobre entrega dos *tablets* aos alunos - 18/03/2021 - <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/24452>
2. TCMSP disponibiliza no Portal resumos de seus relatórios de auditoria - 28/06/2021- <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/32960>
3. Auditoria avalia qualidade das creches da rede municipal de ensino paulistana - 30/06/2021 - <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/33032>
4. Auditoria aponta falhas na aplicação e controle do Fundo Municipal de Trânsito pela SMT - 20/08/2021 - <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/35260>
5. Vídeo resume os dados obtidos pelo TCMSP em enquete sobre o ensino remoto durante a pandemia - 05/10/2021
<https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/38227>
6. Fiscalização checa avaliação diagnóstica, recuperação de aprendizagem e a busca ativa de alunos pela SME - 19/10/2021
<https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/38535>
7. Folha de São Paulo destaca auditoria do TCMSP sobre aprendizado dos alunos na pandemia - 20/10/2021 - <https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/38568>